



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES*

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
URBANO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

MAIARA GÓES LEFUNDES DE OLIVEIRA

**QUALIDADE DE VIDA: HABITABILIDADE E TRABALHO DAS MARISQUEIRAS
DE SÃO TOMÉ DE PARIPE-SALVADOR/BAHIA**

Salvador
2015

MAIARA GÓES LEFUNDES DE OLIVEIRA

**QUALIDADE DE VIDA: HABITABILIDADE E TRABALHO DAS MARISQUEIRAS
DE SÃO TOMÉ DE PARIPE-SALVADOR/BAHIA**

Trabalho de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU, da Universidade Salvador, UNIFACS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^ª Dra. Ana Licks Almeida Silva.

Salvador
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities).

Oliveira, Maiara Góes Lefundes de

Qualidade de vida: habitabilidade e trabalho das marisqueiras de São Tomé de Paripe-Salvador/Bahia./ Maiara Góes Lefundes de Oliveira.– Salvador: UNIFACS, 2015.

92 f. : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador UNIFACS, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientadora: Prof^ª. Dr. Ana Licks Almeida Silva.

1. Qualidade de vida. 2. Mulher - mercado de trabalho. 3. Marisqueiras. 4.Habitabilidade. I. Silva, Ana Licks Almeida, orient. II. Título.

CDD.613

MAIARA GÓES LEFUNDES DE OLIVEIRA

QUALIDADE DE VIDA: HABITABILIDADE E TRABALHO DAS MARISQUEIRAS DE
SÃO TOMÉ DE PARIPE-SALVADOR/BAHIA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, pela seguinte banca examinadora:

Ana Licks Almeida Silva

Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Renato Barbosa Reis

Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Helena Maria Silveira Fraga Maia

Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Salvador, 9 de outubro de 2015.

À minha Vovó, Dulce, sempre companheira,
com muito amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a dedicação, o apoio, a confiança e a compreensão da minha orientadora, professora Ana Licks Almeida, que, de uma maneira paciente, orientou-me para a construção deste trabalho. Obrigada pelo aprendizado!

Ao Agente Comunitário de Saúde Washington, pela dedicação e contribuições para a realização deste estudo.

A toda equipe de alunos do Programa de Integração Saúde e Comunidade da UNIFACS, que acolheram e participaram deste estudo.

Aos meus amigos e colegas de mestrado, em especial a Mirela Carvalho que me incentivou e compartilhou todos os momentos comigo. Obrigada pela força, por não ter deixado desistir e pela cumplicidade.

Aos meus familiares e amigos, pela paciência, dedicação, compreensão, carinho. Percebi que o aprendizado é uma construção diária cujo ingrediente essencial é o afeto.

Agradeço de forma especial a Jefferson Brito, que esteve ao meu lado em momentos cruciais da elaboração dessa dissertação. Agradeço, também, a minha filha Maria Eduarda, aos meus irmãos, minha Nathália, meus pais, minha vovó Dulce e Ruan. Vocês são meu porto seguro.

A Deus e aos mentores espirituais, pelas vibrações positivas, pela luz e força para a realização deste sonho.

RESUMO

O presente estudo se propôs a verificar a relação do trabalho e habitabilidade das marisqueiras da comunidade de São Tomé de Paripe, localizada no subúrbio ferroviário, no município de Salvador - Bahia. A partir da aplicação do questionário e da análise de dados, buscou-se identificar os indicadores que influenciam na qualidade de vida da população estudada, contendo questões organizadas em blocos temáticos: características sócio-demográficas, condições ambientais, de moradia e trabalho. O banco de dados foi analisado no software R 3.1.2 onde foi realizada estatística descritiva (frequência absoluta/relativa, média e desvio padrão), com o objetivo de caracterizar a amostra. Para identificar associações estatisticamente significantes entre as variáveis de interesse, utilizou-se o teste qui-quadrado ou teste exato de Fisher. O nível de significância adotado para este trabalho foi de 5%. As informações obtidas através da coleta e análise de dados permitiram traçar o perfil dessa amostra de trabalhadoras, bem como conhecer as suas condições de moradia, trabalho, saúde e vida identificando, assim, os indicadores que influenciam na qualidade de vida. Foi possível perceber, através dessa pesquisa, as dificuldades e os riscos que as marisqueiras foram submetidas na prática de sua atividade laboral. Os resultados apresentados e indicadores discutidos sinalizaram a precariedade vivenciada por essas mulheres. Ainda é notório destacar que a péssima qualidade de vida é decorrente dos vários fatores de riscos, agentes patológicos a que estão expostas, condições de vida e trabalho e a falta de proteção social. Desta forma, notou-se que a informalidade da prática laboral das marisqueiras tende a situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Palavras-chave: Marisqueiras. Trabalho. Habitabilidade. Qualidade de Vida.

ABSTRACT

This study aimed to verify the work relationship and habitability of the “marisqueiras” (women who collect shellfish and other seafood from the sea) of São Tomé de Paripe, located in the railroad suburb in the city of Salvador-Bahia. From the questionnaire and data analysis sought to identify the indicators that influence the urban quality of life of the population studied, containing questions divided into thematic blocks: socio-demographic characteristics, environmental conditions, housing and work. The database was analyzed in R 3.1.2 software which was conducted descriptive statistics (frequency absolute / relative, mean and standard deviation) in order to characterize the sample. To identify statistically significant associations between the variables of interest used the chi-square test or Fisher's exact test. The significance level adopted for this study was 5%. Information obtained through the collection and analysis of data allowed to profile this sample of workers and know their living conditions, work, health and life. Identifying thus the indicators influencing the quality of life, it was revealed by this research, the difficulties and risks that the “marisqueiras” subject in the practice of their work activities. The results presented and discussed indicators showed the precariousness experienced by these women. Yet it is clear out the bad quality of life is a result of various risk factors, pathogens to which they are exposed, living and working conditions and the lack of social protection. Thus, it was noted that the informal labor practice of seafood tends to socioeconomic vulnerability.

Keywords: Marisqueiras. Seafood. Work. Habitability. Quality of life.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Inquérito domiciliar em São Tomé de Paripe, 2014	18
Figura 2 - Inquérito domiciliar em São Tomé de Paripe, 2014	18
Figura 3 - Modelo de Dahlgren et Whitehead, adaptado por Paulo Buss, 1997	21
Figura 4- Mapa da área de São Tomé de Paripe.....	41
Figura 5 - Vista do bairro de São Tomé de Paripe, 2014	44
Figura 6 - Prática da atividade laboral das marisqueiras do bairro de São Tomé de Paripe, Salvador, Bahia, 2014.....	54
Figura 7 - Vista parcial do Manguezal do Bairro de São Tomé de Paripe, Salvador-Bahia,2014	57
Figura 8 - Vista parcial do Manguezal do Bairro de São Tomé de Paripe, Salvador, 2014.....	60
Figura 9 - Mapa com distribuição dos locais da mariscagem.....	61
Figura 10 - Vista das moradias e acessibilidade das marisqueiras do bairro de São Tomé de Paripe, 2014.....	65
Figura 11 - Vista de domicílio das marisqueiras do Bairro de São Tomé de Paripe, 2014.....	67
Figura 12 - Vista de lixo espalhado pelo bairro de São Tomé de Paripe, 2014	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Problemas de Saúde das marisqueiras do bairro de São Tomé de Paripe, Salvador, Bahia, 2014.....	55
Gráfico 2 - Característica do Manguezal/Maré da população estudada, 2014	56
Gráfico 3 - Principais mudanças do Manguezal/Maré da população estudada, 2014	58
Gráfico 4 - Principais motivos que causaram as mudanças do Manguezal/Maré da população estudada, 2014	59
Gráfico 5 - Local de pesca da população estudada, 2014.....	61
Gráfico 6 - Melhor local para mariscar da população estudada, 2014	62
Gráfico 7 - Condições da mariscagem nos dias atuais da população estudada, 2014.	62
Gráfico 8 - Problemas com esgoto da população estudada, 2014	68
Gráfico 9 - Problemas relacionados ao esgoto da população estudada, 2014	69
Gráfico 10 - Destino da água do banho e pia dos domicílios da população estudada, 2014....	70
Gráfico 11 - Destino da latrina dos domicílios da população estudada, 2014.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características sociodemográficas das marisqueiras do bairro de São Tomé de Paripe, Salvador, Bahia, 2014	48
Tabela 2 - Características da atividade laboral das marisqueiras do bairro de São Tomé de Paripe, Salvador, Bahia, 2014	53
Tabela 3 - Características da habitação das marisqueiras do bairro de São Tomé de Paripe, 2014	66
Tabela 4 - Condições do Serviço urbano das marisqueiras do bairro de São Tomé de Paripe, Salvador, Bahia 2014.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
COCISA	Companhia de Cimento Salvador
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
FAO	Food and Agriculture Organization
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
OMS	Organização Mundial de Saúde
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
SEAP	Secretaria Especial de Agricultura e Pesca
NEIM/IBAMA	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
USIBA	Usina Siderúrgica da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 METODOLOGIA.....	16
2.1 MÉTODO PARA O ESTUDO DE CASO DAS MARISQUEIRAS.....	16
3 ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS.....	19
3.1 DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA.....	19
3.2 QUALIDADE DE VIDA E HABITABILIDADE.....	23
3.3 TRABALHO E VIDA	26
3.3.1 Condições de vida e de Trabalho	26
3.3.2 Trabalho Informal das marisqueiras.....	27
3.3.3 O Trabalho das marisqueiras.....	32
4 CARACTERÍSTICAS DO OFÍCIO DAS MARISQUEIRAS	34
5 CARACTERÍSTICA DO TERRITÓRIO.....	40
5.1 CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO MANGUEZAL.....	45
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	47
6.1 CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DAS MARISQUEIRAS DE SÃO TOMÉ DE PARIPE.....	47
6.2 CONDIÇÕES AMBIENTAIS, DE MORADIA E DE TRABALHO DAS MARISQUEIRAS DE SÃO TOMÉ DE PARIPE	51
6.3 CONDIÇÕES AMBIENTAIS VIVENCIADAS PELAS MARISQUEIRAS DE SÃO TOMÉ DE PARIPE.....	55
6.4 CONDIÇÕES DE MORADIA, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DAS MARISQUEIRAS DE SÃO TOMÉ DE Paripe.....	63
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE PESQUISA	83
APÊNDICE B - MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	91

1 INTRODUÇÃO

O território da pesca artesanal compreende uma interação de inúmeros fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que caracterizam as atividades das marisqueiras. A moradia, relações sociais, tradições culturais, condições de trabalho constituem elementos que, na maioria das vezes, são ignorados pelo Estado e órgãos responsáveis pela construção da política pública. Mesmo tendo sido criado em 2009, o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Lei da Pesca, ainda são poucos os esforços da gestão pública de inclusão das marisqueiras nas políticas públicas específicas.

A pesca artesanal compreende uma significativa modalidade de trabalho, com a maior concentração nos estados do Nordeste, que representa 47% do total. Neste contexto, a Bahia apresenta um número expressivo em torno de 105.455 pescadores registrados. Destes, um contingente importante e majoritariamente feminino desenvolve atividades parciais ou exclusivas na pesca artesanal do marisco (BRASIL, 2009). Estas estatísticas não contemplam fatos contidos quanto à precariedade do trabalho.

No Brasil, as marisqueiras constituem um grande contingente e muitas estão excluídas das políticas de proteção ao trabalhador mantendo-se na informalidade, restringindo-lhes o acesso aos recursos e benefícios sociais garantidos pela previdência, bem como ao amparo aos direitos trabalhistas (DRUCK, 2011; PENA, 2008). A longa jornada de trabalho no manguezal e as precárias condições de vida compreendem razões suficientes para torná-las beneficiárias de políticas públicas destinadas à promoção do trabalho feminino, além de merecerem a atenção dos estudos que produzam mais conhecimento acerca das condições de vida. Gonçalves (2004) conceitua condições de vida como determinante político-organizacional da sociedade como um todo, que caracterizam a relação entre os grupos de sujeitos e as variantes de saneamento, transporte, habitação, alimentação, educação, cuidados à saúde, entre outros.

Tal contexto gera impacto significativo na qualidade de vida das marisqueiras. Segundo o trabalho de desenvolvimento da mulher na atividade pesqueira desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares - NEI em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, as condições de existência das marisqueiras são marcadas por dispositivos opressivos na medida em que é submetida a baixos níveis de renda e não tem o devido reconhecimento social ao seu trabalho (NEIM/IBAMA, 1995).

A atividade da mariscagem compreende um desafio, uma vez que as mulheres encontram-se expostas aos mais variados riscos e a processos de adoecimento sem acesso à proteção de sua saúde enquanto trabalhadoras. Compreende uma categoria vulnerável no âmbito social, diante da existência em condições de pobreza e resistentes ao manterem formas de trabalho tradicionais perante o sistema capitalista. Nesse sentido, é notório refletir sobre as práticas laborais considerando aspectos sociais, culturais e de saúde de uma população caracterizada como de profissão artesanal e, assim, proporcionar visibilidade social e sanitária a esta problemática para que seja objeto de políticas públicas de saúde voltadas para as marisqueiras que trabalham dignamente e sobrevivem com métodos e técnicas arcaicos.

As marisqueiras realizam a coleta de mariscos para a complementação da renda familiar e, também, para subsistência. Diegues (1983) caracteriza estas mulheres como pescadoras artesanais que exercem a pesca como atividade exclusiva, utilizando meios de produção próprios ou de um grupo familiar ou de vizinhança, não estabelecendo vínculos de assalariamento entre os produtores, usando instrumentos de produção com baixo emprego de tecnologia. Neste contexto, vivem em situação de vulnerabilidade social e, na maioria das vezes, são excluídas do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. Diante da vulnerabilidade social das marisqueiras, caracterizada pelas precárias condições sociais e desvalorização do trabalho, é essencial o conhecimento do território como espaço produtivo que garante a sobrevivência e, a percepção da debilidade de acesso aos serviços básicos que influenciam na qualidade de vida.

O princípio da dignidade da pessoa humana, direito humano que objetiva assegurar a efetividade de políticas de promoção à qualidade de vida e ao meio ambiente equilibrado encontra-se descrito na Constituição Federal de 1988, ao abordar, no seu artigo 1º, inciso III, que “A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a dignidade da pessoa humana” (BRASIL, 1988).

De acordo com Coimbra (1985), a qualidade de vida poder ser entendida como a soma dos fatores decorrentes da interação sociedade e ambiente, atingindo a vida no que tange as suas necessidades biológicas e psíquicas. Segundo Foratini (1992), a qualidade de vida é de conceituação difícil, caso se deseje precisão conceitual. Assim, considera-se como sendo “o grau de satisfação no âmbito das áreas física, psicológica, social de atuação, material e

estrutural” (HÖRNQUIST, 1982, p. 355) influenciada, principalmente pelas condições de habitabilidade.

Quando associa as condições de habitabilidade e localização que este estudo foi realizado, é importante destacar a cidade de Salvador. De acordo com Carvalho (2011), a capital baiana, mesmo com toda a beleza e riqueza do patrimônio e cultura da cidade, destaca-se pelos seus problemas sociais. É notória a ausência de grandes equipamentos urbanos nas zonas habitacionais oeste e norte da cidade de Salvador, correspondendo ao Subúrbio, que representam as áreas de moradia da maioria da população com predominância de rendas mais baixas. Além disso, esta área é caracterizada como “cidade precária” ocupada basicamente pelas camadas populares e pela população negra. Nesta área, o tecido urbano se caracteriza pela dispersão e progressiva expansão com acréscimos de habitações precárias em grande parte auto-construídas. Válido salientar, que a precariedade das condições de vida também é mais acentuada em Salvador que em outras capitais brasileiras (GORDILHO, 2000; CARVALHO, 2011).

Esta dissertação apresenta o objetivo de caracterizar as condições de trabalho e habitabilidade das marisqueiras da comunidade de São Tomé de Paripe, Salvador, Bahia. Pretende-se, ainda, identificar como o trabalho das marisqueiras se insere na atual divisão do trabalho e analisar as variáveis relacionadas ao trabalho e moradia que influenciam na qualidade de vida das marisqueiras.

2 METODOLOGIA

2.1 MÉTODO PARA O ESTUDO DE CASO DAS MARISQUEIRAS

Esta pesquisa visou relacionar as condições de trabalho e a habitabilidade que caracterizaram a vida das marisqueiras da comunidade de São Tomé de Paripe, localizada na cidade de Salvador, Bahia. O interesse pela realização desta pesquisa ocorreu a partir da inserção no campo como docente do Programa de Integração Saúde Comunidade (PISCO) da Universidade Salvador no ano de 2011. O Programa é um componente curricular das matrizes dos cursos da Escola de Ciências da Saúde da Universidade Salvador – UNIFACS, desenvolvido em unidades de saúde e comunidades atendidas por estas, conveniadas com a Universidade, conforme plano de ensino e detalhamento constante no Projeto Pedagógico de cada curso. A partir da inserção no PISCO, do conhecimento do território e da análise da situação de saúde nas comunidades percebi a problemática vivenciada pela população, principalmente, das marisqueiras e tal fato constituiu uma ferramenta importante para fortalecer as práticas de pesquisa e incentivo à construção de novos conhecimentos.

Esta pesquisa seguiu dois momentos que se complementaram:

- a) Revisão da literatura de estudos sobre habitabilidade e trabalho das marisqueiras;
- b) Trabalho de campo: 104 entrevistas as marisqueiras da comunidade de São Tomé de Paripe, além de registros fotográficos e observação.

Para a coleta de dados, aplicou-se questionário nos domicílios das marisqueiras residentes na área de São Tomé de Paripe no período de setembro a novembro de 2014, totalizando 104 entrevistas. O questionário foi escolhido visando facilitar a coleta e a análise de dados primários. Além disso, permitiu acolher um maior número de marisqueiras pela fácil aplicabilidade. A população desta pesquisa foi composta por mulheres marisqueiras cadastradas nas colônias de pesca e que vivenciavam os processos de trabalho artesanal como atividade laboral.

A metodologia desta pesquisa foi de caráter quantitativo com coleta primária de dados através da aplicação de um questionário contendo setenta e nove questões. Este instrumento de pesquisa foi dividido em blocos temáticos: características sócio-demográficas, condições ambientais, de moradia e de trabalho.

As entrevistas realizadas tiveram o objetivo de obter respostas para as variáveis pesquisadas sobre o perfil sócio-demográfico incluindo idade, raça/cor, estado civil,

escolaridade e ocupações. Além de variáveis relacionadas às condições ambientais, de moradia e trabalho, dentre elas: características do manguezal, locais de pesca, tipo e material da habitação, esgotamento sanitário, canalização de água, lixo. E variáveis que definiram as condições de vida e tipo de trabalho, assim como, jornada de trabalho e problemas de saúde relacionados às práticas laborais. A coleta destas variáveis possibilitou, principalmente, compreender como ocorreu a exposição laboral das marisqueiras e a influência na qualidade de vida.

Quanto aos critérios de inclusão, foram consideradas marisqueiras aquelas mulheres que desempenhavam a respectiva atividade conforme descrição da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e maiores que 18 anos. Neste estudo, houve uma concentração nas atividades apenas das marisqueiras e não compreendendo as atividades da pesca de modo geral. Além disso, foram incluídas apenas as marisqueiras que aceitaram e assinaram o Termo de Consentimento Livremente Esclarecido relatando, de modo geral, o objetivo do estudo e estando de acordo com os aspectos éticos como concebidos pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisas envolvendo seres humanos. Importante ressaltar que os nomes dos sujeitos citados nas narrativas não foram revelados para preservar as identidades.

Em relação aos riscos da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/2012, toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los e a proteção oferecida pelo Sistema CEP/CONEP aos participantes. O pesquisador deverá ficar atento a qualquer risco eminente e ao perceber qualquer risco ou dano significativos ao participante da pesquisa, previstos, ou não, no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, deve comunicar o fato, imediatamente, ao Sistema CEP/CONEP e avaliar, em caráter emergencial, a necessidade de adequar ou suspender o estudo.

Por outro lado, em relação aos benefícios, conforme a Resolução 466/2012, são admissíveis pesquisas cujos benefícios a seus participantes forem exclusivamente indiretos, desde que consideradas as dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual desses. A pesquisa poderá trazer benefícios para a população estudada como exemplo incentivar a construção de políticas sociais que beneficiem a qualidade de vida das marisqueiras.

A partir dos registros de campo nos questionários, realizou-se a interpretação dos dados quantitativos com ênfase na associação das questões do trabalho e habitabilidade.

O banco de dados, construído e analisado a partir do software R 3.1.2, que através da estatística descritiva (frequência absoluta/relativa, média e desvio padrão) tem o objetivo de caracterizar a amostra.

Figura 1 - Inquérito domiciliar em São Tomé de Paripe, 2014



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

Figura 2 - Inquérito domiciliar em São Tomé de Paripe, 2014



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

3 ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS

De acordo com o objetivo deste estudo, torna-se relevante discutir conceitos inerentes ao tema.

Os determinantes sociais da saúde, qualidade de vida, habitabilidade e condições de trabalho compreendem temas estreitamente relacionados. A saúde contribui para melhorar a qualidade de vida e esta é fundamental para que um indivíduo ou a comunidade tenha saúde. Em resumo, promover saúde é qualidade de vida. Além disso, ao refletir sobre os Determinantes Sociais em Saúde (DSS) é notório pensar nos fatores condicionantes e determinantes da saúde e destaca-se moradia e trabalho. Neste contexto, a qualidade de vida envolve os mesmos fatores relacionados à saúde.

A saúde, bem como as questões de moradia e trabalho, enfatiza recursos sociais e pessoais indispensáveis para se ter qualidade de vida.

A qualidade de vida relaciona-se também com a satisfação das necessidades da população incluindo acesso à habitação saudável e infraestrutura direcionados para a questão da habitabilidade.

Os Determinantes Sociais da Saúde, condições de trabalho e habitabilidade, constituem condicionantes que interferem na qualidade de vida.

3.1 DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

A saúde deve ser entendida como um direito social. Melo (2005) complementa que a saúde é um direito social, ultrapassando as ações específicas de promoção, prevenção, reabilitação e recuperação da mesma, pois sua determinação envolve as condições de vida, de trabalho, ambientais, emocionais, bem como as demais condições necessárias ao prosseguimento da vida com um mínimo de qualidade.

Conforme a Organização Mundial de Saúde (1998), a saúde compreende: “o estado do mais completo bem-estar físico, mental, espiritual e psicossocial e não apenas a ausência de enfermidade.” Tal definição é essencial para as políticas de saúde pública, na medida em que considera além dos determinantes biológicos da saúde, o processo saúde-doença como resultado da relação corpo-mente e de sua interação com o meio ambiente. Desta forma, tende a orientar as políticas de saúde pública a direcionar as medidas voltadas para a promoção da saúde, mais eficazes e com menor custo que o modelo assistencialista e curativo, pautado pelo

conceito de doença. A qualidade de vida envolve também os mesmos fatores relacionados à saúde.

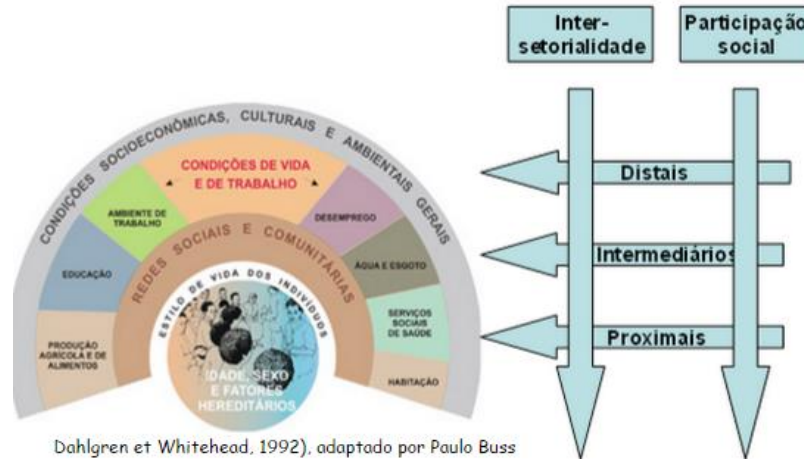
As condições de trabalho e habitabilidade das marisqueiras influenciam na sua saúde. Neste contexto, é importante entender que os Determinantes Sociais de Saúde tendem a expressar de maneira generalizada como as condições de trabalho e de vida das pessoas e grupos de população são inerentes com a situação de saúde. De acordo com a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS, 2006), os Determinantes Sociais de Saúde compreendem os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população. Esta comissão foi criada com a finalidade de promover, a nível internacional, uma tomada de consciência sobre a importância dos determinantes sociais na situação de saúde de indivíduos e de populações e sobre a necessidade do combate às iniquidades de saúde por eles causadas.

Ao refletir o conceito de determinantes sociais, é fundamental abordar sobre o modelo de Dahlgren e Whitehead que discorre sobre as relações entre os fatores sociais, ambientais e culturais e a saúde coletiva e individual. O modelo organiza os Determinantes Sociais da Saúde em diversos níveis que se relacionam e identificam pontos de intervenção, procurando esquematizar a trama de relações entre os diversos fatores sociais e a sua saúde.

Neste esquema de camadas, Dahlgren e Whithead (2007) relatam que as pessoas encontram-se no centro com suas características individuais que interferem nas suas condições de saúde. No primeiro nível social estão os fatores relacionados ao comportamento pessoal e modos e estilos de vida que podem promover ou prejudicar a saúde. É válido ressaltar que nesta camada os indivíduos são influenciados por amigos e família, além de normas e cultura de sua comunidade, tendo seus hábitos fortemente condicionados por determinantes sociais. A camada subsequente compreende as redes de apoio, sociais e comunitárias e serve como instrumento de coesão social e é fundamental para a saúde da sociedade como um todo. Já o nível seguinte apresenta os fatores relacionados às condições de vida e trabalho, disponibilidade de alimentos e acesso a serviços essenciais, como saúde e educação. Neste nível, percebe-se o fato de que os indivíduos em desvantagem social com um risco diferenciado tem direito à equidade e merecem intervenções diferenciadas e maior vigilância em saúde. A última camada se refere aos macrodeterminantes relacionados às condições econômicas, culturais e ambientais da sociedade exercendo grande influência sobre as demais camadas. Enfim, este modelo possibilita identificar pontos para implementação de

políticas públicas que promovem mudanças de comportamento e acesso facilitado a serviços essenciais.

Figura 3 - Modelo de Dahlgren et Whitehead, adaptado por Paulo Buss, 1997



Dahlgren et Whitehead, 1992), adaptado por Paulo Buss
 Fonte: DSSBR (2015).

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2011), conceitua os Determinantes sociais de forma mais simples, relacionando as condições sociais em que os indivíduos vivem e trabalham. Sendo assim, ao abordar sobre os Determinantes de Saúde são notórias as relações entre a forma como se organiza e desenvolve uma determinada sociedade e a situação de saúde da população. Logo, tal fato encontra-se intimamente relacionado com este estudo, uma vez que, a partir da coleta de dados de variáveis de natureza social, econômica e de habitabilidade e suas interrelações, percebeu-se como estas influenciam sobre as condições de saúde das marisqueiras. Segundo Buss (2007), os Determinantes Sociais de Saúde expressam conceitos de que condições de vida e trabalho dos indivíduos e de grupos da população bem como a organização e a distribuição de recursos econômicos, sociais e derivados determinam a saúde de membros de uma sociedade.

Os Determinantes Sociais compreendem um relevante indicador quando se associa ao estudo da qualidade de vida, pois a compreensão do mesmo possibilita ações de cuidado e de resposta às necessidades da população em vulnerabilidades. Tal fragilidade da população pode ser secundária as desigualdades de acesso aos serviços básicos que comprometem a saúde. Para Graham (2004), as desigualdades em saúde se referem às disparidades sistemáticas de saúde em grupos e comunidades que ocupam diferentes posições na sociedade, sendo observados os fatores sociais que influenciam na saúde, como o padrão habitacional, a questão ambiental e comportamentos relacionados à saúde. Sendo assim, o local onde as pessoas vivem também atinge a sua saúde e a possibilidade de gozar de uma

vida próspera. Abrigo, habitação de qualidade, água tratada e condições sanitárias são direitos humanos e necessidades básicas para uma vida saudável.

Os Determinantes Sociais da Saúde constituem-se de elementos que possibilitam que a saúde seja alcançada ou não. Ainda segundo a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (2008), compreendem “os determinantes vinculados aos comportamentos individuais e às condições de vida e trabalho, bem como os relacionados com a macroestrutura econômica, social e cultural. [...] São produto da ação humana e, portanto, podem e devem ser transformados pela ação humana.” Sendo assim, o processo saúde-doença se produz e distribui na sociedade mediante fortes processos de determinação social, econômica, cultural, ambiental, política.

Enfim, as condições econômicas e sociais interferem na saúde da sociedade. A maior parte da carga das doenças, bem como as iniquidades em saúde, que existem em todos os países, ocorre devido às condições em que as pessoas nascem, vivem, trabalham e envelhecem. As relações entre situação de saúde e condições de vida, ambiente e trabalho, principalmente no que se refere às relações entre saneamento, alimentação, habitação, ambiente de trabalho, poluição, acesso à informação e serviços de saúde provocam impactos nas condições de saúde dos diversos grupos da população.

É importante salientar que nem todos os determinantes apresentam a mesma relevância. Os mais destacados são aqueles que causam estratificação social como os determinantes estruturais que refletem as condições de distribuição de riqueza, poder e prestígio nas sociedades, como a estrutura de classes sociais, a distribuição de renda, o preconceito relacionado ao gênero, a etnia ou deficiências e estruturas políticas. Esses mecanismos estruturais, que alteram o posicionamento social dos indivíduos, são a causa mais frequente das iniquidades em saúde. Para melhorar a situação da saúde e diminuir as iniquidades, considerando essa abordagem dos determinantes sociais, é ideal intervenções intersetoriais da sociedade que influenciam nos seus determinantes estruturais. Logo, a boa saúde possibilita outras prioridades sociais como o bem-estar, a educação, a preservação do meio ambiente, o aumento da produtividade e o desenvolvimento econômico.

3.2 QUALIDADE DE VIDA E HABITABILIDADE

Não é viável existir apenas uma definição sobre qualidade de vida, mas podem-se estabelecer elementos para refletir este conceito enquanto fruto de indicadores ou esferas objetivas (sociais) e subjetivas, a partir da percepção que os sujeitos constroem em seu meio (BARBOSA, 1998).

A produção científica sobre qualidade de vida no Brasil é relativamente recente e tem se elevado gradualmente ao longo do tempo, não se limitando a determinado grupo social, mas sendo realizada, em grande parte, com adultos acometidos por algum tipo de exposição e enfermidade, refletindo a preocupação em se conhecer de que maneira essas patologias estão comprometendo a vida dos indivíduos, focalizando as análises na qualidade de vida relacionada à saúde. Porém esta não condiz com os novos conceitos sobre qualidade de vida. Embora a questão saúde seja essencial para a vida das pessoas, nem todos os aspectos da vida humana perpassam por questões médicas ou sanitárias. Enfim, de maneira mais abrangente, a percepção de qualidade de vida lida com a garantia e satisfação das necessidades mais elementares da vida humana: alimentação, acesso à água potável, habitação, trabalho, saúde e lazer (MINAYO *et al.*, 2000).

A OMS (1995) define Qualidade de Vida como o entendimento do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. A Qualidade de Vida pode variar de acordo com a cultura da pessoa, dependendo de seus objetivos e suas expectativas.

De acordo com Minayo et al. (2000):

Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural.

Percebe-se que essa abordagem desperta um entendimento social da qualidade de vida ligada a questões como bem-estar, satisfação nas relações sociais e ambientais, e a relatividade cultural. Sendo assim, essa compreensão relaciona-se com o ambiente em que o indivíduo vive e de seu grupo de convívio, da sua sociedade e das expectativas próprias em

relação a conforto e bem-estar. Tais aspectos foram investigados nesta pesquisa com as marisqueiras a partir da aplicação de um questionário.

Freitas (2000) conceitua a qualidade de vida como a agregação das condições econômicas, científicos-culturais e políticas construídas de maneira coletiva e disponíveis aos indivíduos de modo que possam incorrer na realização das suas potencialidades como acessibilidade à produção e ao consumo, igualdade de acesso aos equipamentos coletivos urbanos, dentre outros. Desta maneira, as expectativas de um sujeito ou de determinada sociedade em relação ao conforto e ao bem-estar depende das condições históricas, ambientais e socioculturais de determinado grupo. Sendo assim, o entendimento e a percepção sobre qualidade de vida, nessa perspectiva, são relativos e variáveis. Neste contexto, Gonçalves e Vilarta (2004) abordam qualidade de vida pela maneira como as pessoas vivem, sentem e compreendem seu cotidiano, envolvendo, portanto, saúde, educação, transporte, moradia, trabalho e participação nas decisões que lhes dizem respeito.

Para Nahas (2001), qualidade de vida é a “condição humana resultante de um conjunto de parâmetros individuais e socioambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano”.

Diante do aspecto multifatorial da qualidade de vida que envolve também as condições da habitabilidade, Bonduki (2002) discorre que a habitabilidade urbana se relaciona com o pertencimento ao território e da inclusão em um amplo contexto urbano, dando visibilidade ao pleno exercício do fruir, usufruir e construir um espaço com qualidade de vida saudável/habitável. Sendo assim, refere-se ao conjunto de aspectos que interfeririam na qualidade de vida e na comodidade dos moradores, bem como na satisfação de suas necessidades físicas, psicológicas e socioculturais. Através desta definição, é possível visualizar questões como a dos confortos ambientais: luminoso, térmico, acústico e tátil; segurança do usuário e salubridade domiciliar e do seu entorno, que seriam as mesmas questões envolvidas na fruição, usufruição. Sendo assim, a qualidade do ambiente contribui para o bem-estar e, por conseguinte, para a saúde dos seres humanos.

A questão política e econômica associada à ausência de prevenção e controle de riscos ambientais interfere na qualidade de vida da comunidade de marisqueiras. Tal situação pode ser decorrente da fragilidade de movimentos sociais. Conforme Freitas (2000), a abordagem sobre qualidade de vida está implícita na motivação de lutas ambientais e tem sido apresentada nas suas temáticas de maneira setorializada, na defesa da sobrevivência das

espécies, na crítica aos padrões de consumo e estilos de vida, aos processos industriais e seus resíduos e este conjunto tende a impactar nas condições de vida urbana.

Inúmeros fatores que influenciam a saúde vêm evoluindo desde os antigos conhecimentos de saneamento básico, direcionados à prevenção e controle de riscos biológicos, até os dias atuais, em que se identifica a importância da qualidade de vida e agrega uma série de novos fatores de risco (químicos, psicossociais, físicos e sindrômicos) à saúde presentes na habitação. Compreende-se que um espaço construído deveria ser capaz de promover um habitat que tenha a qualidade de ser habitável.

De acordo com Cohen (2004), habitação, ou ação de habitat em um espaço, envolve o elemento físico (espaço construído), o seu entorno e as suas inter-relações. Entendendo a habitação como um espaço onde a função principal é ter a qualidade de ser habitável, torna-se fundamental que em uma análise seja incorporada a visão das múltiplas dimensões que compõem a habitação: cultural, econômica, ecológica, sociológica e de saúde humana.

Conforme Cohen (2004), um programa que incentive a construção de habitat saudável, aliando a iniciativa da habitação saudável e da estratégia da atenção primária ambiental, vem a se constituir em um instrumento para otimização dos resultados de processo paulatino de melhoria da qualidade de vida. Este processo apenas é viável através da elaboração de políticas públicas saudáveis, que exigem ação intersetorial, interdisciplinar e uma nova institucionalidade social, materializada através de propostas que visem à territorialização, à vinculação, à responsabilização e à resolutividade com uma visão integral sobre o risco ambiental em todas as suas dimensões, onde estão inseridos os indivíduos e suas famílias.

No contexto urbano atual, diante dos inúmeros aspectos que influenciam na qualidade de vida das marisqueiras, nota-se que a problemática da habitação deve ser priorizada objetivando a promoção da Saúde (CYNAMON, 2004). O processo gradual de melhoria da qualidade de vida apenas poderia ser efetivado através da prática de estratégias de políticas públicas saudáveis que exigissem ações intersetoriais e participativas. Dentre tais estratégias, é notório focar no Sistema Único de Saúde (SUS), criado a partir da Constituição Federal de 1988, mesmo com os avanços efetivados, ainda adotam um modelo de atenção predominantemente biomédico com dificuldade de sustentabilidade do ponto de vista financeiro. Dessa maneira, a promoção da saúde compreenderia uma estratégia para concretizar mudanças e fortalecer os princípios da intersetorialidade e da concepção abrangente de saúde (MS, 2002). E, assim, seria um processo de capacitação da comunidade

para atuar na melhoria efetiva da sua qualidade de vida e de saúde e incluiria uma maior participação no controle social. Conforme Buss (2007), o controle social efetivo seria fundamental, pois combinaria estratégias do Poder Público (políticas públicas saudáveis), da comunidade (reforço da ação ou participação comunitária), de indivíduos (capacitação e desenvolvimento de habilidades pessoais), do Sistema de Saúde (reorientação do sistema de saúde) e de parcerias intersetoriais.

3.3 TRABALHO E VIDA

3.3.1 Condições de vida e de Trabalho

O trabalho atinge as dimensões afetiva, intelectual, espiritual e física da vida humana. Tais aspectos também interferem na qualidade de vida. Muitas vezes, para o indivíduo manter o trabalho, sujeita-se a situações que influenciam na sua qualidade de vida. As marisqueiras são trabalhadoras constantemente submetidas a condições de vida e de trabalho diversas que podem influenciar negativamente a sua qualidade de vida e capacidade para o trabalho.

O ambiente de trabalho das marisqueiras muitas vezes é insalubre, penoso e perigoso para as trabalhadoras, sendo um local privilegiado para o adoecimento. Além dos riscos de acidentes e doenças de ordem física aos quais as trabalhadoras estão expostas, o sofrimento psíquico é também bastante comum, afetando as condições de vida destas mulheres.

As marisqueiras estão expostas a condições de trabalho precárias que, aliadas às suas condições de vida, potencializam as possibilidades de adoecimento. Se a saúde apenas é possível a partir da possibilidade real de cuidar de si e de usufruir a vida, esse fato parece difícil de ser alcançado pelas marisqueiras, devido aos riscos vivenciados no ambiente de trabalho.

As relações entre trabalho e condições de vida envolvem inúmeros aspectos que se somam ou potencializam com as dificuldades de acesso a escola, habitação, saneamento básico, transporte, serviços de saúde e meios de comunicação.

As marisqueiras geralmente são negras e muitas não tem acesso à escolarização básica, com uma história de invisibilidade, subalternidade e silenciamentos. Desprovida de qualquer tipo de realização, a profissão de marisqueira passou a ser reconhecida para fins previdenciários a partir de 2006, o que não afastou o estigma de tarefa de mulher socialmente

representada como um trabalho desvalorizado e não significativo nas esferas sociais, caracterizado como trabalho informal.

3.3.2 Trabalho Informal das marisqueiras

As marisqueiras exercem o trabalho informal e existe uma invisibilidade econômica destas mulheres na cadeia produtiva da pesca artesanal. Segundo Pedrão (1992), a extração dos mariscos compreende uma atividade social e tem sido parte essencial da sobrevivência de grupos excluídos dos benefícios da dinâmica do capital. Vale destacar também que uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Socioambientais (PANGEA,1998), estimou cerca de 4.000 famílias de desempregados crônicos no subúrbio ferroviário da cidade de Salvador que sobreviviam da extração de marisco.

O trabalho informal pode representar um papel bastante significativo na economia da cidade. De acordo com Pedrão (1998), a importância da análise da informalidade encontra-se na formulação de perguntas que expliquem como ela se forma e se organiza como parte da cidade, como se reproduzem as pessoas que vivem nesse meio. “O estudo da informalidade na realidade é o estudo dos informais, não da atividade econômica informal como se ela fosse realizada por elenco indefinido de participantes.” (PEDRÃO,1998, p. 22).

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012), a condição de ausência ou insuficiência de proteção social pode ser observada ainda nos ocupados em atividades que se inserem indiretamente no mercado de trabalho, compreendido enquanto compra e venda de força de trabalho. Esta situação pode ser considerada a das marisqueiras que se encontram no mercado de produtos e serviços de forma independente e atua por conta própria e, assim, exploram sua atividade sozinha ou com ajuda de familiares.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), os trabalhadores por conta própria, como é o caso das marisqueiras, muitas vezes são guiados pelo padrão excludente da economia nacional e neste cenário não se apoia na intermediação de um empregador e dispensa a regulação do ritmo e extensão de seu trabalho por terceiros e muito menos acumula as condições para se tornar contratante de volume significativo de outros trabalhadores.

Dias *et al.* (2007) destacaram que muitas mulheres marisqueiras sobrevivem apenas da exploração de mariscos. Dessa maneira, sustentam suas famílias e criam os filhos através da renda obtida pela informalidade do trabalho. Segundo Nishida *et al.* (2008), a mariscagem é considerada uma falta de opção ocupacional, pois a maioria das mulheres está nesta ocupação devido a ausência de oportunidades no mercado de trabalho formal. Além disso, é uma tarefa que não exige praticamente investimento de capital e funciona de maneira flexível, até o aparecimento de outra ocupação laboral fora do mangue. É importante salientar que, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012), o ingresso feminino no mercado de trabalho não tem resultado em facilidades na obtenção de uma vaga. Tal fato significa que as marisqueiras apresentam poucas oportunidades de abandonar sua vida laboral no mangue para realizar outro tipo de atividade formal.

Por outro lado, Stadtler (2006) e Vasconcelos *et al* (2007), relataram que ao longo do tempo as marisqueiras tem se apropriado do conhecimento e reivindicado Políticas em busca do reconhecimento da sua categoria específica e da necessidade em prol das melhores condições de vida e de trabalho. De acordo com Stadtler e Carneiro (2006), as mulheres marisqueiras estão participando de organização social desde final da década de setenta e, assim, estão tendo a possibilidade de discutir sobre os seus direitos trabalhistas e conquista do direito da Carteira de Pescadora Profissional. Vasconcelos *et al* (2007, p. 34), confirma tal participação das marisqueiras quando em 1986 “ as mulheres pescadoras apareceram como novos atores a partir da discussão sobre Constituinte da Pesca.” Além disso, em 2006 a Articulação Nacional das Pescadoras fortaleceu mais esta categoria incorporando como princípio a autonomia, democracia e respeito ao meio ambiente e, por fim consolidando a sua identidade como marisqueira. Neste cenário, as mulheres estão assumindo uma posição essencial para direcionar suas práticas na defesa dos direitos sócio-ambientais que, por sua vez, tende a contribuir com a diminuição da pobreza e das desigualdades sociais, além de favorecer a sustentabilidade de alguns processos ecológicos essenciais para a sua subsistência (SANTILLI, 2005).

Alguns obstáculos podem existir para a inclusão das mulheres no mercado de trabalho formal. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012), muitos casos podem estar relacionados à questão de que parte dos empregadores sinalizaram elevados custos para a manutenção de mulheres no

emprego devido ao risco de engravidarem e, portanto, terão direito a, pelo menos, 120 dias afastadas do trabalho. Além disso, dificuldades também são alegadas para flexibilizar os horários das mães para que possam exercer o direito, previsto em lei, de amamentar os filhos nos seis primeiros meses de vida e, ainda, por terem de se responsabilizar com os custos de manutenção de creche onde as crianças permaneçam no horário de trabalho da mãe. Desta forma, muitos empregadores evitam a contratação de mão de obra feminina, o que ajuda a explicar o alto desemprego, o longo tempo de procura por trabalho e a atuação no mercado de trabalho informal.

Ainda conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012), vale destacar que as mulheres vêm ganhando maior peso de inserção no mercado informal, que em 1999 era de 38,9% e elevou-se para 42,6%, em 2009 e fazendo uma análise deste dado, dentre estas mulheres, as marisqueiras podem estar inseridas nesta estatística. Além disso, de acordo com dados do IBGE (2010), os números também demonstram que quase um milhão de pessoas que vivem com menos de um salário atuam na região Nordeste do país e historicamente o mercado de trabalho na região é mais informal ficando à margem da legislação trabalhista.

Por outro lado, cabe ressaltar que conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012), as limitações impostas pelas responsabilidades familiares criaram uma demanda por políticas públicas sociais que estejam voltadas à promoção de serviços e equipamentos públicos destinados às mulheres e mães, para que o cuidado com os filhos não seja um entrave para o papel que elas desempenham no mercado de trabalho formal.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2009), o tempo médio semanal dedicado aos afazeres domésticos para as mulheres economicamente ativas era de 22,4 horas. Este tempo médio dedicado ao trabalho doméstico é expressivo para as mulheres independente da condição. Desta maneira, além das atividades produtivas desenvolvidas no mercado de trabalho, as mulheres acumulam as responsabilidades domésticas. Tais responsabilidades podem ter efeito sobre as possibilidades de investimento da mulher na carreira profissional, bem como na própria educação e qualificação profissional, exigências comuns para concorrer por melhores postos de trabalho e remuneração. A sobrecarga de trabalho tem efeito negativo na vida profissional das mulheres e, por fim, acabam sendo submetidas ao mercado de trabalho informal, como é o caso das marisqueiras.

É de fundamental importância abordar a inserção das mulheres de modo geral no mercado de trabalho informal e, após tal análise, sinalizar a inserção das mulheres marisqueiras, uma vez que os dados encontrados sobre a informalidade das mulheres não abordam exclusivamente a inserção das marisqueiras.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012), ao longo da última década, um pouco mais da metade da população brasileira era constituída por mulheres. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2009), desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elas representavam 51,1% da população em 1999 e 51,3% em 2009. No último ano da década, esse percentual correspondeu a cerca de 98 milhões de mulheres.

Ainda segundo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012), na última década, verificou-se a ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho e da persistência das desigualdades de oportunidades e de rendimentos, indicando que ainda há um longo caminho a ser percorrido na busca pela conquista de inserção no mercado de trabalho formal.

A ampliação da participação feminina no mercado de trabalho resultou de vários fatores como a emancipação econômica da mulher. A necessidade de contribuir para o sustento da família também é considerado um fator determinante e principalmente em casos de desemprego ou mesmo de ausência do cônjuge. Em 2009, conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012), no Brasil, cerca de 22 milhões de famílias eram chefiadas por mulheres.

A forma de produção artesanal da mariscagem é conseqüente de uma atividade marcada pelo trabalho familiar originada em conhecimentos empíricos, ensinados pelos mais velhos há muito tempo. Sendo, por sua vez, no ambiente natural que a partir da pesca artesanal são extraídos a principal fonte de sustento, suprimindo muitas das demandas sociais ainda sem resposta estatal (PENA, 2008).

A inserção das marisqueiras no mercado de trabalho é pouco valorizada e remunerada, além de ser muito cansativa e instável.

A maneira como o extrativismo de mariscos e as relações de trabalho no mundo capitalista acontecem, assim como a inserção da mariscagem no movimento de circulação de capital constituem fatores de desvalorização da mão de obra. O capitalismo está presente nas

inúmeras esferas da vida social. Logo, não estaria ausente na atividade pesqueira e, fazendo um recorte mais limitado, na mariscagem. Como ramificação da pesca artesanal, a mariscagem apresenta como característica a produção para a comercialização, porém, nos dias atuais é frequente que a produção das marisqueiras esteja subordinada a uma empresa capitalista, que adquire o marisco destas e realiza o processo de beneficiamento e comercialização, acrescentando no valor do produto o seu lucro, que representa a maior parte do preço. Desta forma, o preço pelo qual o marisco é vendido resta para as trabalhadoras do mangue uma parcela inexpressiva em relação ao lucro da empresa capitalista, revelando a posição desfavorável das marisqueiras.

Na pesquisa realizada por Maneschy (1997), observou-se que o trabalho das marisqueiras apresenta um caráter inconstante e variado, e que a maioria das vezes encontra-se direcionado para o consumo familiar, não apresentando retornos monetários. Tal cenário demonstra uma invisibilidade econômica e social do trabalho realizado por estas mulheres.

Segundo o Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro (2000), a coleta de mariscos por mulheres constitui um trabalho invisível. Diante desta invisibilidade, é relevante caracterizar a atuação de marisqueira dentro do contexto da pesca artesanal como dispõe na Lei 9.605/98: pescar não é o simples ato de capturar peixe, porém:

[...] todo ato tendente a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidróbios, suscetíveis ou não de aproveitamento econômico, ressalvadas as espécies ameaçadas de extinção, constantes nas listas oficiais da fauna e da flora. [...] (BRASIL, 98).

De acordo com Goldenberg (1997), a invisibilidade da mulher denota a posição inferior ou secundária que ocupa nas diversas instituições e para o Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro (2000), a divisão sexual do trabalho acarreta desigualdades. A jornada de trabalho das mulheres adquire uma rotina exaustiva pelo fato também de ter a obrigação de cuidar dos filhos e da família. Fato este confirmado na pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012), que relata que a desigualdade entre os sexos é frequente.

Segundo Maneschy (1997), as marisqueiras apresentam quase 50% da força de trabalho do setor da pesca e aquicultura e, ainda assim, suas atividades encontram-se invisibilizadas não apenas nas estatísticas, mas nas políticas e ações voltadas ao mundo da pesca. Muitas são consideradas como ajudantes, e não como profissionais. Além disso, normalmente as atividades dessas mulheres estão caracterizadas como complementares à

atividade do pescador, que geralmente é o marido ou pai. Embora a Lei 11.959/09 reconheça os direitos das marisqueiras e considere suas tarefas como trabalho, grande parte delas ainda tem dificuldades para formalizar o ofício de marisqueira.

É importante ressaltar que a presença dos atravessadores aumenta a exploração a do trabalho das marisqueiras, pois o valor de troca estabelecido na relação marisqueira-cambista não é compatível com o valor real do trabalho de mariscagem, como o tempo de trabalho dedicado tanto à captura quanto ao beneficiamento dos mariscos. Desta forma, percebe-se uma extração de mais valia absoluta, oriunda da longa jornada de trabalho e por um trabalho não-pago. Além da exploração do mais valor produzido pelo trabalho, ainda existe a superexploração do valor do trabalho.

3.3.3 O Trabalho das marisqueiras

O trabalho realizado pelas marisqueiras é caracterizado por esforços físicos, extensas caminhadas no mangue, tempo prolongado que permanecem na catação do marisco, o que pode causar doenças ocupacionais. A atividade da pesca artesanal apresenta a sua realidade constituída por significantes dificuldades e complexidades, entre as barreiras ressaltam tanto os seus potenciais componentes agressivos à vida e à saúde do profissional da pesca. Encontra-se inerente a esta atividade as questões sociais, culturais, territoriais, que mantém saberes de tempos antigos e se insere na modernidade com dificuldades e permanecem devido às necessidades de sobrevivência (STADTLER, 2006; VASCONCELOS, 2007).

A maré é que determina o ritmo de trabalho. A rotina de trabalho das marisqueiras depende sempre da maré. Comumente saem de suas casas as 5 ou 6 horas da manhã e ficam até às 12 ou 13 horas, quando a maré começa a encher. A maioria vai a pé, outras vão de canoa devido à distância de algumas áreas de mariscagem e, muitas vezes, carregam o peso dos mariscos nos ombros ou na cabeça. Os mariscos são transportados em balaios de cipó, sacos de linha, baldes, canecos de alumínio, entre outros. Ao chegar em casa, as marisqueiras lavam os mariscos, cozinham e catam, para realizar sua comercialização. Os mariscos, assim como os peixes, são vendidos, principalmente, a atravessadores (VANNUCCI, 2002).

O trabalho realizado pelas marisqueiras é marcado por forte característica tradicional. Por outro lado, necessita-se compreender a inserção desta atividade na sociedade moderna. É relevante pensar sobre as teorias sociais que visam, por sua vez, explicar as transformações

de sociedade abrangendo as categorias de tradição e modernidade. Neste contexto, Weber *apud* Burke (2004), explica os processos de mudança social com uma tendência progressiva direcionada para formas mais complexas e impessoais de organização e o mundo exterior participa somente como gerador de estímulos a adaptação. Neste contexto, as comunidades tradicionais apresentam pouco grau de mobilidade social e seus integrantes tendem a serem mais resistentes às transformações. Em contrapartida, a sociedade moderna é flexível para as mudanças. Sendo assim, as mudanças das sociedades tradicionais tendem a ser mais lentas, o que pode implicar em um custo social significativo para as comunidades tradicionais caracterizando uma população com dificuldade de acesso à política pública educacional, saúde, habitação e trabalho (BARBOSA,1998). Tais aspectos também são analisados na qualidade de vida. Então, ao analisar as condições de trabalho e qualidade de vida percebe-se que envolve os mesmos aspectos.

4 CARACTERÍSTICAS DO OFÍCIO DAS MARISQUEIRAS

Desde a existência do gênero humano, este se encontra refém das suas necessidades sendo corresponsável pelo desenvolvimento da sua criatividade, essencial para a sua sobrevivência e, desta forma, foi preciso descobrir poderosas fontes de sustentação. Ao longo da trajetória das descobertas, revolucionou a sua história quando teve sob o seu domínio todo o potencial dos frutos da água e da terra, assegurando meios de sobrevivência para as gerações futuras (CARDOSO, 2003).

Estudos históricos, arqueológicos e antropológicos abordam que grupos sociais se localizavam em áreas próximas a mares e rios, visando garantir os produtos da pesca para seu sustento. Observando-se a prática do extrativismo, que compreende atividade caracterizada pela coleta de produtos do meio ambiente realizada por comunidades autônomas ou por empresas capitalistas.

O extrativismo é considerado como a primeira atividade econômica realizada no Brasil e é de extrema importância para a sobrevivência do homem. Este modelo produtivo se fez muito presente com a chegada dos portugueses, no período colonial com a presença da família real portuguesa no Brasil, a partir de 1808 e as medidas sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e administrativas tomadas pela Corte repercutiram no desenvolvimento econômico de diversas regiões do Brasil e atualmente no Brasil as atividades extrativistas ainda têm sido uma constante.

Ainda é importante lembrar a história sobre o período dos engenhos que abordavam sempre a forma com que os senhores tratavam os escravos: os castigos, as lendas, as fugas, os costumes dos negros, a cultura herdada, dentre outras. E tal cenário permaneceu até o ano de 1888, quando foi assinada a Lei Áurea e, assim, foi abolida a escravatura. A partir desta história, de acordo com relatos da população, os senhores dos engenhos começaram a entrar em crise, pois a maioria dos escravos abandonaram as fazendas e deixaram as mesmas sem funcionar, conseqüentemente obrigando os proprietários a colocá-las a venda. Paralelo a isto, muitos negros relataram que desde aquela época, a maré sempre foi uma grande fonte de recursos e que era possível extrair do mar e do mangue o essencial para sobreviver sem a necessidade de estar mais sob o poder dos senhores do engenho. Dessa forma, eles “preferiam se embrenhar na lama a serem cativo de branco”. Assim, “da população escrava do engenho

surgiu uma pequena comunidade que tirou “da maré”, do manguezal e da baía grande parte do seu sustento” (RAMOS, 1996).

O extrativismo pode ser de diversas formas como vegetal, mineral e animal. O extrativismo animal é uma modalidade que ocorre através da captura de animais como ocorre na pesca e mariscagem. No momento atual, observa-se que as formas de trabalho apresentam estatísticas positivas em relação às evoluções de crescimento tecnológico e econômico, porém a atividade da mariscagem não convive com as novas utilizações decorrentes do crescimento industrial e tecnológico e acaba sendo a verdadeira fonte de recursos para as populações carentes que retiram da prática do extrativismo o seu próprio sustento (CARDOSO, 2003).

As sociedades que sobrevivem do extrativismo tendem a ser estacionárias, acostumam-se ao meio ambiente. Existem inúmeros fatores que propiciam tal estagnação e envolve questão social, econômica, ambiental, política e cultural. Este cenário pode ser decorrente da questão do extrativismo apresentar origens profundas na formação social do indivíduo, sua sensibilidade ao que diz respeito ao trabalho e às condições naturais que envolvem a própria atividade (DALL’OCA, 2004).

Há séculos, a questão cultural influencia fortemente quando se relaciona as formas de acumulação primitiva da economia brasileira e o extrativismo mantendo a sua identidade. Um fator de extrema relevância a ser abordado se refere à extração animal como instrumento usado para diminuir os efeitos excludentes da produção capitalista nas economias periféricas, uma vez que, além dos salários, a população necessita de outras formas de renda. Desta maneira, o extrativismo é compreendido como uma forma de produção que é integrado ao mercado por meio de mecanismos do comércio, que determina a quantidade de trabalho empregada, além da necessária subsistência.

Os mariscos, porém, serviam como uma fonte suplementar de proteínas na dieta dos escravos rurais. Os engenhos e fazendas de cana localizados perto da Baía as vezes tinham ‘mariscadores’, cativos cuja função era apanhar caranguejos, ostras e camarões. (BARICKMAN, 2003, p.93).

Existem estudiosos que consideram a mariscagem e a pesca como uma atividade econômica relevante, produtora de diversas outras atividades em terra como: armazenamento, transporte, transformação e venda dos produtos extrativistas, construção e reparação das embarcações, construção de artes e utensílios de pesca. Ainda é importante destacar que a Legislação Brasileira considera a pesca como atividade comercial e não-comercial. A atividade comercial pode ocorrer de maneira artesanal e também é verificada no setor

industrial. Sendo assim, o que diferencia os tipos de atividades é o porte da embarcação, lucratividade e cientificismo (MARTINS, 2006; DALL'OCA, 2004).

A maneira como o extrativismo de mariscos e as relações de trabalho no mundo capitalista acontecem, assim como a inserção da mariscagem no movimento de circulação de capital constituem fatores de desvalorização da mão de obra. O capitalismo é um sistema que organiza e estrutura a sociedade. Logo, não estaria ausente na atividade pesqueira e, fazendo um recorte mais limitado, na mariscagem. Como ramificação da pesca artesanal, a mariscagem apresenta como característica a produção para a comercialização, porém, nos dias atuais, é frequente que a produção das marisqueiras esteja subordinada a uma empresa capitalista, que adquire o marisco e realiza o processo de beneficiamento e comercialização, acrescentando no valor do produto o seu lucro, que representa a maior parte do preço. Desta forma, o preço pelo qual o marisco é vendido, resta para as trabalhadoras do mangue uma parcela inexpressiva em relação ao lucro da empresa capitalista, revelando a posição desfavorável das marisqueiras. Tal cenário é agravado pelo processo de exploração da força de trabalho como a intensificação do trabalho e o controle do capital no que tange à necessidade de mão de obra e à remuneração desse segmento e pode comprometer o desenvolvimento econômico (MARTINS, 2008).

Tais relações capitalistas permitem que os processos de trabalhos mudem seu significado. No capitalismo, uma das características humanas é a capacidade de alterar a natureza através do seu trabalho e o processo de trabalho é, necessariamente, sob a batuta do capital, processo de produção de mercadorias para serem vendidas no mercado:

Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização ele é processo de produção capitalista, forma capitalista de produzir mercadorias. (MARX, 1983, p. 162).

Esta situação expõe as marisqueiras a condições e a um ritmo de trabalho que garantam a reprodução da sociedade e do capitalismo enquanto modo de produção: apropriação de mais valia, maximização do lucro no mercado, alienação das trabalhadoras frente ao seu processo de trabalho e são expostas a níveis de exploração cada vez maiores, expropriados do produto resultante do seu trabalho e das condições objetivas e políticas para a reversão deste quadro.

É importante ressaltar que a presença dos atravessadores aumenta a exploração do trabalho das marisqueiras, pois o valor de troca estabelecido na relação marisqueira-cambista

não é compatível com o valor real do trabalho de mariscagem, como o tempo de trabalho dedicado tanto à captura quanto ao beneficiamento dos mariscos. Desta forma, percebe-se uma extração de mais valia absoluta, oriunda da longa jornada de trabalho e por um trabalho não-pago. Além da exploração da mais valia produzido pelo trabalho, ainda existe a superexploração do valor do trabalho.

O modelo de exploração extrativista tende a retardar o desenvolvimento econômico devido as suas características, principalmente, quando se relaciona a implantação de uma política de autossuficiência, inexistência de um mercado regional competitivo de alimentos (SANTOS, 2002). Sendo assim, percebe-se uma fragilidade socioeconômica do sistema extrativista que torna evidente a necessidade de rever o modelo de desenvolvimento econômico para a comunidade de marisqueiras, a fim de diminuir o processo de pauperização. Desta maneira, o extrativismo pode ser incompatível com os mecanismos que possibilitem as condições básicas para alcançar um determinado nível de qualidade de vida, pois esta atividade produtiva é definida pela própria natureza sem interferência humana para aumentar a produtividade.

Outro fator que pode influenciar no desenvolvimento econômico a partir da atividade da mariscagem é a questão cultural. Santos (1987) relata que a cultura é inerente à territorialidade e permite perceber que o território no qual o homem nasce e vive é um fator contribuinte para constituição dos seus modos de vida e assim o homem ocorre na medida em que este mantém um vínculo consistente com o seu meio para construir a sua identidade.

Além da questão cultural, as mudanças sazonais exercem impacto negativo também para o desenvolvimento econômico, pois existem diferenças de quantidade de produção, mais precisamente, rendimento de captura de acordo com os períodos do ano.

Segundo Dall'oca (2004), na pesca artesanal, ocorrida tanto em águas salgadas como em águas interiores, acontece o uso da mão de obra intensiva e reduzida tecnologia, embora o setor possua 85% dos barcos pequenos e conte com 75% dos pescadores artesanais mundiais, a sua produtividade é considerada baixa pelo fato de ser artesanal. Por outro lado, o setor pesqueiro industrial apresenta enorme peso nas economias mundiais. O continente asiático responde por metade das capturas, seguido das Américas do Norte e do Sul que, juntas, somam 30%; o continente europeu tem contribuindo com 15%; e a África e a Oceania são responsáveis por 5% do pescado capturado. Tal produção significativa tem como suporte a

conquista de inovadas técnicas de conservação e transporte, as quais otimizaram o processo de produção, de embalagem e de comercialização dos pescados em grande escala.

De acordo com dados oficiais da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP, 2011), no Brasil, a pesca artesanal, no mar e na extração de mariscos em manguezais, compreende uma notória modalidade de trabalho. Existem aproximadamente 400.000 pescadores artesanais e, destes, 47% está na região Nordeste. Na Bahia, há mais de 100.000 pescadores, pescadoras e marisqueiras registrados com um número em torno de 5.260 pescadores artesanais em Salvador, que se encontram em condições socioeconômicas precárias, sem apoio securitário e sem reconhecimento trabalhista.

A atividade laboral desenvolvida pelas marisqueiras está inserida na pesca artesanal e consiste na extração de crustáceos e moluscos nas regiões de mangue, áreas de transição entre o ambiente aquático e o terrestre. Conforme Oliveira (1993), compreende uma atividade na qual a dinâmica ambiental influencia diretamente o volume da reprodução social, a periodicidade dos trabalhos domésticos, ou seja, toda a vida comunitária que depende desta atividade de subsistência principal.

As vulnerabilidades geradas pela exposição ao trabalho impactam no seu delineamento e coincide com aspectos como invisibilidade social, exploração da mão de obra, uma vez que as mesmas são expostas a carga horária prolongada de trabalho e as posturas inadequadas praticadas durante a sua atividade laboral que podem provocar lesões musculoesqueléticas. Freitas (2000) destaca que a grande vulnerabilidade das populações mais pobres, expostas aos riscos ambientais, em países como o Brasil, está relacionada a fatores da economia periférica e da menor tradição democrática.

Muitas vezes, a prática da mariscagem e pesca artesanal limita-se à análise exclusiva do extrativismo familiar, caracterizado como a prática em âmbito doméstico por pessoas que não conseguem vender sua força de trabalho para outros, ou que usam tal atividade como complemento da sua renda. Esta atividade representa para muitas comunidades tradicionais, uma das poucas alternativas de subsistência e renda. Os recursos provenientes do ambiente são fundamentais para a sobrevivência de muitas comunidades pesqueiras, espalhadas pelo litoral brasileiro (NISHIDA, 2000; MARTINS; SOUTO, 2006).

A forma de produção artesanal da mariscagem é conseqüente de uma atividade marcada pelo trabalho familiar originada em conhecimentos empíricos, ensinados pelos mais velhos há muito tempo. É no ambiente natural que, a partir da pesca artesanal, são extraídas a

principal fonte de sustento, suprimindo muitas das demandas sociais ainda sem resposta estatal (PENA, 2008).

O extrativismo do marisco caracteriza a identidade de inúmeras comunidades ribeirinhas como exemplo a do subúrbio ferroviário da cidade de Salvador. Nesta localidade, a comunidade tem a mariscagem como complemento de renda ou até mesmo como principal fonte de renda através da comercialização. Compreende uma área que apresenta um círculo vicioso de pobreza, uma vez que percebe-se inúmeros erros no planejamento e administração de recursos naturais, além de que o investimento necessário para a expansão social e econômica é significativamente prejudicado pela baixa capitalização do Estado da Bahia.

Pedrão (2003) relata que a pobreza na Bahia está ligada historicamente à desorganização da produção mercantil escravista, à fragilidade da industrialização. Ela é fruto de diferentes processos convergentes que a transformam em um quadro complexo persistente e, mais ainda, agravante: “[...] há uma pobreza ancestral, dos escravos, dos índios e dos demais dominados; e uma pobreza causada pelo modo como se produziu e como se produz a riqueza e como se selecionam as pessoas que participam da produção e do consumo.” (PEDRÃO, 2003, p. 238).

De acordo com Pedrão (1996), a sociedade extrativista está dividida em dois grupos de indivíduos diferentes: os que nunca participaram da produção capitalista e aqueles que foram expulsos dela. O extrativismo consiste no uso intenso de trabalho simples e de baixa qualificação, usa formas rústicas de capitais e se reproduz incessantemente sem alterações significativas nas técnicas e maneiras de exploração. Desta forma, caracteriza como uma produção primitiva que controla a pressão demográfica dos grandes centros sobre o mercado de trabalho, pois os indivíduos envolvidos no processo participam apenas de maneira complementar neste mercado.

5 CARACTERÍSTICA DO TERRITÓRIO

De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Baiano de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), o município de Salvador possui uma população estimada de 2.902.927 habitantes sendo a cidade mais populosa do Nordeste e a terceira mais populosa do Brasil, contudo ocupa o quarto lugar em densidade demográfica, com o equivalente a 3.859,44 hab./km².

A sua distribuição espacial compreende uma lógica capitalista de fragmentação territorial, separando ricos e pobres. Conforme Carvalho (2011), no contexto das análises do padrão de urbanização da sociedade brasileira, o avanço da urbanização tem sido marcado por fenômenos como uma extrema concentração da população, da produção e da riqueza em algumas cidades e conseqüentes transformações na conformação espacial subordinadas às necessidades da expansão capitalista, pelas dificuldades de acesso à moradia e grande carência de serviços de consumo coletivo, por problemas de incorporação ao mercado de trabalho e por uma extrema pobreza que afeta grandes segmentos da população nordestina.

No século XIX, o contingente populacional do município de Salvador representava 45 mil habitantes. Por volta de 1890, Salvador já apresentava 174 mil habitantes. De acordo com Gordilho (2000), 90% destes habitantes viviam no limiar da pobreza, caracterizando uma sociedade excludente e escravocrata.

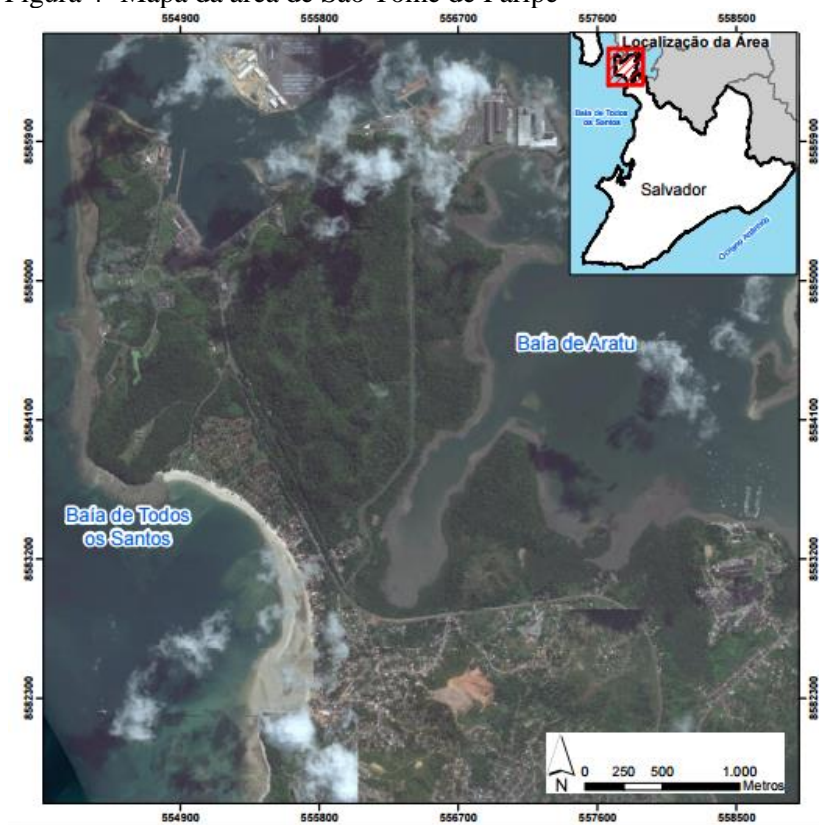
Neste contexto a população de Salvador cresceu ainda mais por volta de 1950, quando a cidade baiana se constituiu como principal referência nordestina no movimento de ampliação no processo de industrialização moderna iniciado no centro-sul, com a instalação da CHEFS e PETROBRAS na Bahia. As décadas de 60 e 70 testemunharam a consolidação desse processo com a implantação do Centro Industrial de Aratu e o Polo Petroquímico de Camaçari e que impulsionaram o desenvolvimento da cidade. Desta maneira, acentuou-se a necessidade de moradia para a população de baixa renda oriundas do êxodo rural, fazendo surgir novos territórios populares.

O crescimento evoluiu de forma rápida e desordenada devido à interação entre fatores financeiros, econômicos, políticos, institucionais e ideológicos, principalmente devido ao deslocamento do centro econômico tradicional, situado no Comércio, e que foi paulatinamente perdendo sua função polarizadora com a instalação do Shopping Iguatemi (1975), assim como de novos subcentros comerciais modernos em outras áreas da cidade.

Os elevados preços da terra, controlados pelo mercado imobiliário local, além da falta de políticas públicas, influenciaram decisivamente para formação de um movimento de expulsão e segregação espacial, que conduziu a população de baixa ou nenhuma renda a ocuparem áreas mais distantes e menos valorizadas, como solução alternativa para o problema da moradia.

O subúrbio ferroviário foi uma das áreas periféricas que viveu um efêmero processo de adensamento devido ao êxodo rural e também à presença de algumas fábricas instaladas na região. Nesse contexto, a região do Subúrbio Ferroviário, conforme refere Pereira e Carvalho (2008), compreende uma das áreas mais carentes da cidade, concentrando uma população extremamente pobre e sendo marcada pela precariedade habitacional, pelas deficiências de infraestrutura e serviços básicos e, mais recentemente, por altos índices de violência. Abriga um contingente populacional de 83.886 habitantes (IBGE, 2010), sendo integrado por 22 bairros, dos quais se destaca o bairro de São Tomé de Paripe (Figura 4).

Figura 4- Mapa da área de São Tomé de Paripe



Fonte: IBGE (2010).

Dentre os bairros do subúrbio ferroviário que apresentou acelerado crescimento urbano com ocupações irregulares e focos de tradições culturais, destaca-se a área de São Tomé de Paripe, Marcada pela presença de comunidades tradicionais de pescadores artesanais e veranistas que aproveitavam a pesca farta e as belezas das praias e enseadas banhadas pelas águas calmas da Baía de Todos os Santos. Essa região abriga, ainda, uma área denominada de Quilombo do Alto do Tororó, formada por descendentes de escravos pescadores.

A origem do bairro de São Tomé de Paripe situa-se por volta de 1552 quando começou a atividade missionária no Brasil. A área era, inicialmente, ocupada por índios que foram catequizados com a chegada da missão jesuíta, embora já existisse no local fazenda de propriedade dos senhores de engenho. Dentre eles, importante destacar Cristovão Burgo e Eugênio Burgo.

Ainda sobre a história de São Tomé é relevante pontuar como marco teórico a construção da Capela de São Tomé localizada em um morro, permitindo ampla visão da Enseada de Aratu e da Baía de Todos os Santos.

Acontece, anualmente, no bairro a festa de Reis, com a saída do Bumba meu boi da localidade do Alto do Tororó, comunidade remanescente de quilombolas e caracterizada como espaço de resistência histórica, marcada por um modelo produtivo tradicional e coletivo, como a atividade da pesca e mariscagem. Por sua vez, esta atividade compreende a riqueza da comunidade que abriga nesta área. Por outro lado, vale ressaltar que a área tornou-se palco de uma disputa judicial e territorial a partir da década de 60, com a doação das terras pela Prefeitura de Salvador à Marinha do Brasil. O território é marcado pela resistência das famílias para permanecerem no local e grave violação de direitos em suas dimensões políticas, sociais, culturais, econômicas, ambientais e históricas. Sendo assim, a situação de vulnerabilidade sem garantia de que poderão permanecer em seus territórios e, em muitos casos, ameaçadas de expulsão. Desta maneira, torna-se necessário mais estudo que aprofunde na discussão sobre o impacto da presença na Marinha do Brasil nesta comunidade.

Algumas instituições sociais como a igreja de São Tomé, construída pelos jesuítas no século XVI, a Escola Doutor Otaviano Pimentel, o Colégio Estadual João Caribé, e a Associação de Moradores oferecem cursos de bordado e artesanato; a Associação do Quilombo acolhe as marisqueiras e os pescadores do bairro. Contam ainda com equipamentos como o restaurante popular e um posto de saúde, que assumem uma importância estratégica para o bem-estar e amparo às precárias condições de vida da comunidade.

O bairro de São Tomé é cercado pela praia sendo bastante aproveitada como base econômica local através da pesca e da mariscagem. Nos dias atuais, existem muitas famílias que têm a pesca artesanal como principal fonte de renda. De acordo com Santos (2010), São Tomé possuía uma população de 9554 habitantes e concentrava em média 0,38% dos domicílios da cidade.

É fundamental salientar que a população local sofre com a falta de infraestrutura e serviços. De acordo com o plano Municipal de Saúde (2014), a situação do saneamento básico no município de Salvador vem ampliando o percentual de domicílios com água encanada, energia elétrica e coleta de lixo. Esse aumento pode indicar uma melhoria no nível de conforto domiciliar dos moradores metropolitanos. Segundo Da Mata *et al* (2008), as cidades brasileiras apresentam deficiências de diferentes dimensões e magnitudes, sendo o mais comum os problemas das condições domiciliares. Recentemente, a orla de São Tomé de Paripe recebeu um investimento de 3,4 milhões e iniciou obras de requalificação.

O bairro de São Tomé de Paripe abrigou durante décadas a Companhia de Cimento Salvador (COCISA) e ao longo da sua existência absorveu um número significativo de moradores e demonstrou também um período, não apenas de crescimento, mas de produção industrial no bairro. A partir de 1998, existe no local um cais da Usina Siderúrgica da Bahia (USIBA-GERDAU) que serve como terminal de descarga de navio de minério. Frequentemente, a Gerdau realiza ações de conscientização ambiental em parceria com a comunidade de São Tomé de Paripe, como maneira de despertar a consciência ambiental e colaborativa na comunidade. A última ação realizada pela GERDAU ocorreu no dia 05 de junho de 2015, o Projeto Praia Limpa, ação que, além de garantir a limpeza e a manutenção da costa, objetivou a conscientização da comunidade quanto à valorização do meio ambiente. Voluntários das unidades da Gerdau na Bahia, com apoio da comunidade local, realizaram o recolhimento de resíduos sólidos na praia e nos arredores. Para as crianças, foram oferecidas atividades recreativas no Terminal Marítimo da Gerdau. Este projeto Praia Limpa é realizado há mais de cinco anos na região. Em 2014, 30 voluntários participaram das atividades.

Por outro lado, a GERDAU ilustra desrespeito à comunidade quando provoca contaminação do ambiente por PCBs (constituem uma classe de compostos organoclorados resultantes da adição de átomos de cloro ao bifenilo). A população local sofre com a poluição causada por dejetos químicos. A poluição do ar, da água e do solo causa problemas respiratórios, de visão e de pele para os moradores da área. Infelizmente, a facilidade com que estas empresas conseguem licenças ambientais para a realização de suas obras, a flexibilidade

da concessão e falta de fiscalização podem ser as principais causas para que as normas deixem de ser cumpridas e as empresas adotam um determinado comportamento prejudicial à saúde da comunidade, principalmente, em países em desenvolvimento, como o Brasil, onde as leis são mais brandas ou até mesmo ignoradas. Existe também o Moinho Dias Branco indústria e comércio de alimentos que, também devido a sua atividade de descarte de dejetos químicos inapropriados, contaminam o ambiente e conseqüentemente prejudicam a prática laboral das marisqueiras.

Neste contexto, é essencial refletir sobre a importância que o território exerce e como influencia na qualidade de vida desse grupo. Além disso, perceber que o território encontra-se em constantes transformações e por isso o cotidiano e vida da população compreendem processos dinâmicos à medida que modificam as estratégias dos diferentes indivíduos que habitam esses espaços.

Vale ressaltar, nesse cenário, que é a partir do sistema de relações que se estabelece com o que lhe é externo, ou melhor, com a alteridade, que a territorialidade pode ser conceituada. Desta forma, é inerente aos laços de identidade, que tentam de alguma maneira caracterizar esses territórios por uma identidade territorial e/ou por uma fronteira definidora de alteridade (HAESBAERT, 1997).

Figura 5 - Vista do bairro de São Tomé de Paripe, 2014



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

5.1 CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO MANGUEZAL

O manguezal consiste em um ecossistema altamente produtivo que desempenha importantes funções para a subsistência e a renda de inúmeras comunidades pesqueiras artesanais e, assim, gera empregos diretos e indiretos em diversas regiões. Há locais onde a principal atividade econômica é a pesca, principalmente em regiões litorâneas. Porém, os manguezais tem sido alvo de constante processo de degradação ambiental que pode ser secundário ao crescimento urbano desordenado ou pela ausência de conscientização quanto à importância deste ecossistema.

Conforme Miranda e Nóbrega (1990, p. 121):

Os Manguezais são ecossistemas costeiros que ocorrem em regiões tropicais e subtropicais. Apresentam um solo lamacento e sujeito a influência das marés onde se desenvolve uma vegetação característica – os mangues - e uma fauna bastante diversificada, composta por espécies de origem terrestre e aquática.

O manguezal tem um papel importante para o homem desde a pré-história em razão da abundância de recursos alimentares que fornece. A grande importância do manguezal está em ele se constituir em um criadouro natural, além de servir de abrigo para diversas espécies de peixes, camarões, caranguejos e outros. Segundo Pereira Filho (2000), a procura de alimento pelo homem na natureza sempre foi uma forte preocupação dos povos nativos. Sendo assim, a interação com o manguezal trouxe uma grande oferta de alimentos ricos em proteínas e de fácil apreensão.

O ser humano utiliza dos recursos naturais para sua sobrevivência e fins econômicos e, desta forma, transforma o meio ambiente. De acordo com Araújo (2006, p. 52):

A partir de então, alguns impactos sobre o meio ambiente já começaram a se fazer notar: alterações em algumas cadeias alimentares, como resultado da extinção de espécies animais e vegetais; erosão do solo, como resultado de práticas agrícolas impróprias; poluição do ar, em alguns lugares, pela queima das florestas e da lenha; poluição do solo e da água, em pontos localizados, por excesso de matéria orgânica.

Os manguezais estão seriamente ameaçados pela expansão urbana, marinas, aterros, lixões, entre outros. Dentre os ecossistemas, o manguezal compreende um dos mais produtivos e vulneráveis aos efeitos do desenvolvimento econômico e do crescimento desordenado das populações humanas. Conforme Lacerda (1984), as principais causas que ameaçam os manguezais brasileiros compreendem desmatamento para expansão industrial, urbana e portuária; poluição ambiental; crimes e acidentes ambientais; contaminação por metais pesados e poluição por dejetos sanitários. Desta maneira, é notório destacar que o

manguezal vem sofrendo forte pressão em todo o mundo. Nos últimos 20 anos, mais de 50% do total das áreas de manguezal foram degradadas (HOLGUIN *et al.*, 2005).

O manguezal apresenta fundamental importância econômica, porém estes ambientes são degradados diariamente pela ação do homem. Essa ocupação desordenada pode ser decorrente, principalmente, ao fato desses locais apresentarem condições favoráveis (facilidade de acesso marinho e terrestre e de descartes de dejetos químicos) à instalação de empreendimentos os quais normalmente visam atender interesses particulares. Fato observado na área de São Tomé de Paripe, local onde foi realizado este estudo, onde existe a presença das fábricas Moinho Dias Branco e Gerdau e da Marinha do Brasil.

O manguezal localizado na área de São Tomé de Paripe encontra-se inserido na Baía de Todos os Santos (BTS), que compreende a segunda maior baía brasileira com extensão de 1233 km². É uma região do estado da Bahia de grande importância econômica, com diversas indústrias atuantes no seu entorno, e ambiental, abrigando variedades de ecossistemas.

A Baía de Todos os Santos tem sofrido, gradativamente, acidentes envolvendo derrames de óleo e derivados, com consequências graves para o meio ambiente e para a população que vive no seu entorno. A intensa contaminação por hidrocarbonetos e metais pesados originados das indústrias localizadas ao seu redor e ausência de programas sérios de controle, descontaminação e saneamento do seu estatutário por parte do governo tende a degradar cada dia mais o meio ambiente (BANDEIRA, 2011).

A poluição é consequente dos resíduos orgânicos e industriais lançados no manguezal. O problema do lixo no meio ambiente, além de causar potenciais riscos à saúde, gera também perdas econômicas. Restos marinhos atingem diretamente ou indiretamente a condição social e econômica das comunidades ribeirinhas (OFIARA; SENECA, 2006).

Além disso, a ausência de esgotamento sanitário nas comunidades em torno da Baía de Todos os Santos, como a área de São Tomé de Paripe, tem ocasionado poluição orgânica, bem como as indústrias instaladas na área são responsáveis pela emissão de poluentes industriais. (LAIST, 1987; NAGELKERKEN *et al.*, 2001). É válido destacar que a poluição do manguezal tem sido omitida por um longo tempo devido à falta de conhecimento e políticas de gerenciamento, em se tratando de uma ameaça séria e crescente em todo o mundo.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DAS MARISQUEIRAS DE SÃO TOMÉ DE PARIPE

No presente estudo, das 358 marisqueiras registradas na colônia de pesca, 154 marisqueiras foram abordadas e convidadas a participar da pesquisa. Dessas, 13 recusaram e 37 foram excluídas por não se enquadrarem nos critérios de inclusão. A amostra foi composta por 104 participantes com idade variável entre 20 a 67 anos.

A idade média das participantes da pesquisa foi de 47,56 anos com idade mínima de 20 e máxima de 67 anos. Em concordância ao estudo de Nishida *et al.* (2008) onde houve participação de indivíduos na faixa de 20 a 60 anos e a pesquisa de Freitas, *et al.* (2012) que 63 mulheres cadastradas na Colônia de Pesca apresentaram idade média de 42 anos. Nota-se, ainda, a extensa variabilidade na idade, gerando a constatação de que a prática da mariscagem é transferida como uma tradição familiar.

A questão da tradição da atividade da mariscagem tem sido discutida por vários autores. A pesca artesanal é marcada pelo trabalho familiar, realizado por homens, mulheres, crianças e idosos em conjunto (MOURA, 2008; DIAS *et al.*, 2007).

Caracterizada por ser uma atividade transgeracional, transmitida pela tradição oral e vivência prática, mediante o convívio familiar, com poucas modificações em relação ao método praticado. A mariscagem se inicia ainda quando criança, por volta dos oito aos doze anos, sendo uma atividade familiar, onde 40,2% das mulheres levam seus filhos para ajudar na coleta de mariscos, 33,3% são acompanhadas pelo marido e as restantes praticam a coleta com primos, pai, mãe, tios, sogra, irmãos e vizinhos (DIAS *et al.*, 2007).

A partir dos dados coletados, compreendeu-se que por mais que os saberes da tarefa desenvolvida pelas marisqueiras sejam transgeracional, observou-se uma predominância maior de trabalhadores de idade mais avançada, 67,4% apresentaram idade superior a 41 anos. Tal situação pode estar relacionada aos impasses e dificuldades desta profissão e, assim, alguns mais jovens procuram outra ocupação. Dessa forma, entende-se que os saberes dos mais velhos são transmitidos para os jovens, mas estes, muitas vezes pelas dificuldades da própria atividade marisqueira, não despertam o interesse em continuar nessa prática. Mesmo com a característica marcante do ofício da mariscagem ser uma tradição local, observa-se que

gradativamente está sendo substituído pelos mais jovens que demonstram interesse por outras formas de inserção no mercado de trabalho.

Na Tabela 1 foram analisados os dados sócio-demográficos da população estudada, sendo possível verificar através desta um elevado índice de marisqueiras dentro da faixa etária economicamente ativa tal como a pesquisa de Caramano (2004) que identificou que 87,5% da população estudada de marisqueiras faziam parte da população economicamente ativa.

Tabela 1 - Características sociodemográficas das marisqueiras do bairro de São Tomé de Paripe, Salvador, Bahia, 2014

Características sócio demográficas	n=104	%
Idade		
20-40	34	32,7
41-59	48	46,2
Acima de 60	22	21,2
Naturalidade		
Salvador	74	71,2
Interior da Bahia/outro estado	30	28,8
Raça		
Branca	3	2,9
Negra	36	34,6
Morena	33	31,7
Amarela	09	8,7
Mestiça	23	22,1
Estado Civil		
Solteiro	10	9,6
Casada/união estável	73	68,3
Divorciado	13	12,5
Viúvo	10	9,6
Escolaridade		
Não sabe ler/escrever	12	11,5
1º grau incompleto	34	32,7
1º grau completo	28	26,9
2º grau incompleto	23	22,1
2º grau completo	07	6,7

Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

Conforme o avanço da idade, os anos de prática na mariscagem elevam, percebe-se um forte componente cultural. A cultura é inerente à territorialidade e permite perceber que o território no qual o homem nasce e vive é um fator contribuinte para constituição dos seus modos de vida e, assim, este mantém um vínculo consistente com o seu meio para construir a sua identidade (SANTOS, 2002). No presente estudo, 57,7% das marisqueiras aprenderam o ofício da pesca com seus pais e 42,3% aprenderam com avós e maridos.

Vygotsky (1991) relatou que o indivíduo é fruto das interações sociais e que a aprendizagem está comumente relacionada com o meio social que rodeia aqueles

determinados seres humanos. A mariscagem é uma atividade desenvolvida artesanalmente há muito tempo no bairro de São Tomé de Paripe. É considerada uma tradição devido a seu caráter de transmissão de conhecimento de mãe para filho. Conforme Santana e Serpa (2007), enquanto tradição pode ser compreendida como manifestação cultural para as famílias que vivem desta tarefa e está vinculada à identidade assumida através de experiências rotineiras da mariscagem. Logo, identifica-se a relevância do extrativismo como instrumento para preservação da cultura da população local e, conseqüentemente, construindo uma característica histórico-cultural que interliga o grupo ao lugar e possibilita uma noção de identidade. Santos (2002, p. 38) confirma tal abordagem quando relata que:

A cultura é inerente à territorialidade e permite perceber que o território no qual o homem nasce e vive é um fator contribuinte para constituição dos seus modos de vida e assim o homem ocorre na medida em que este mantém um vínculo consistente com o seu meio para construir a sua identidade.

Quanto às variáveis de cor, 34,6% das entrevistadas se autodeclararam negras, acompanhado por 31,7 de autodenominação morena, 22,1 % das entrevistadas relataram ser mestiças, e apenas 11,6% intitularam como amarela e branca. O estudo de Carvalho (2011) demonstrou que a “cidade precária” é ocupada basicamente pelas camadas populares e pela população negra. É no manguezal que a população, carente e na maioria negra, retira o seu sustento para o consumo doméstico e/ou comercialização em locais próximos (DIEGUES, 2008). Singularidade essa, fruto dos grupos étnicos que ocuparam as terras no período colonial, já habitadas por índios e vários grupos étnicos de nações africanas.

Na análise dos índices de estado civil, nota-se que 68,3% das marisqueiras são casadas/união estável. Em termos gerais, reconhece-se hoje que a relação conjugal é fenômeno complexo, no qual interferem diversas variáveis, tais como: nível de escolaridade, nível socioeconômico, nível cultural, trabalho remunerado e possui implicações na saúde (OSLON, 2000). Os dados encontrados coincidem com o estudo de Vasconcelos, *et al.* (2012), a maioria das marisqueiras eram casadas ou tinha união estável e por Freitas *et al.* (2012) que demonstrou a predominância do estado civil casada (44,44%) e união estável (28,57%). Por outro lado, Ackerman (1986) relatou que o momento histórico atual, o suporte familiar tem alterado a configuração da vida e tem abalado os padrões estabelecidos de indivíduo, família e sociedade.

O índice elevado de marisqueiras casadas/união estável indica uma dupla jornada de trabalho para essas mulheres. A conciliação das tarefas reprodutivas, domésticas e de trabalho

no manguezal compreende um enorme desafio presente na vida das mulheres marisqueiras; a concorrência entre os vários papéis sociais acaba sendo acirrada frente às reclamações dos companheiros, no que diz respeito ao abandono das responsabilidades domésticas, quando estão trabalhando no mangue ainda que contribuam para a renda familiar (VIEIRA; LIMA, 2003).

a mulher exerce papel fundamental na produção social da comunidade, ocupando-se em manter a casa em terra, em educar as crianças e em garantir todos os dias às condições para que os pescadores possam repor as energias antes de retornar ao mar. (MANESCHY, 1994, p. 251).

Por outro lado, observou-se que 45,2% das marisqueiras entrevistadas são as únicas responsáveis pelo sustento do grupo familiar. Ao longo do tempo, a participação da mulher no processo produtivo está cada vez mais marcante. São elas que respondem sozinhas em muitas localidades pelo sustento de seus lares. Em conformidade ao estudo de Cunha (2001):

No Brasil, quase 25% dos lares são, atualmente, chefiados por mulheres. As estatísticas confirmam que justamente nas camadas mais pobres encontra-se o maior contingente de mulheres que respondem sozinhas pelo provimento da família. Existem evidências que esse fenômeno tende a se ampliar na medida em que nos aproximamos da zona rural e da periferia das áreas metropolitanas

De acordo com o IBGE (1987) era de 21,1% o número de famílias sustentadas por mulheres. No ano 1996 esse percentual elevou para 25,23 %. Tais dados apontam o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e sua aptidão como sustentáculo de lares. Fatos que determinam esta realidade social, conforme as análises de Cunha (2001) são as separações, a viuvez, as mães solteiras, os parceiros que não conseguem sozinhos sustentar os lares.

O nível de escolaridade compreendeu outro importante fator analisado, no presente estudo, 11,5% não sabem ler ou escrever, 32,7% das marisqueiras possuem apenas o 1º grau incompleto, 26,9 % destas conseguiram finalizar o 1º grau, 22,1% iniciou o segundo grau, porém não o concluiu e, por fim, 6,7% das marisqueiras finalizaram o 2º grau. Tais dados demonstraram que, de acordo com a Tabela 1, as marisqueiras possuem um baixo nível de escolaridade. Desta maneira, entende que as marisqueiras são normalmente mulheres sem qualificação, com dificuldade de inserção no mercado de trabalho, geralmente coletam marisco para sua subsistência, retiram do manguezal os recursos que a natureza dispõe com objetivo de revendê-los e, assim, garantir o sustento da família. Nordi (1992) descreveu que os catadores de mariscos são grupos economicamente marginais, extremamente pobres e

pouco reconhecidos entre outros pescadores artesanais. Resistem a uma desagregação cada vez mais intensa, provocada pela deterioração crescente do ambiente de coleta e pela falta de incentivos externos. As marisqueiras estão cada vez mais afetadas com as problemáticas ambientais que ameaçam e degradam o recurso/marisco.

Sobral e Stunkard (1989) relatou que o declínio nos aspectos inerentes a saúde tende a ser mais frequente nos estratos da população com menor renda, menor escolaridade e com ocupações de menor prestígio social, sendo essa tendência particularmente evidente entre mulheres adultas. Os baixos índices de escolaridade foram também observados no estudo de Nishida *et al.* (2008), que o nível de não escolarização atingiu 26,3% das marisqueiras do litoral paraibano. Na pesquisa de Vasconcelos *et al.* (2012), a maioria das marisqueiras tem o ensino fundamental incompleto e o índice de analfabetas ainda é relevante com 20,0%. Além disso, Freitas *et al.* (2012) sinalizou que as marisqueiras possuem ensino fundamental completo ou grau de escolaridade superior a isso obtendo 47,56%. De acordo com Smith (1958), os rendimentos salariais dos indivíduos são proporcionais ao seu aprendizado e treinamento, incluindo a escolaridade que aumentam sua produtividade.

As referências educacionais são fatores decisivos no processo de trabalho, no qual o baixo nível educacional de uma parcela da população impede o seu acesso as informações que poderiam possibilitar o ingresso em “profissões reconhecidas como parte do segmento em que há renovação tecnológica e maior mobilidade de renda. Tal exclusão, imediatamente, desqualifica esses indivíduos da condição de exército de reserva dos postos de trabalho concretamente disponíveis. (PEDRÃO, 1998, p. 23).

6.2 CONDIÇÕES AMBIENTAIS, DE MORADIA E DE TRABALHO DAS MARISQUEIRAS DE SÃO TOMÉ DE PARIPE

Das marisqueiras entrevistadas, 82,1% realizavam exclusivamente a atividade da mariscagem, 53,9% trabalhavam mais de quatro dias por semana, 57,7% tinham carga horária diária de trabalho entre sete e doze horas. Além disso, apenas 42,3% apresentavam registro/carteira da pesca e 70,2% consideraram que adquiriram problemas de saúde decorrente da prática laboral. Percebeu-se que os dados podem caracterizar riscos para as entrevistadas que se traduz em vulnerabilidade social e comprometimento de sua qualidade de vida.

Conforme Moser (1998), a noção de vulnerabilidade social é normalmente conceituada como uma situação que se encontram presentes três componentes: exposição ao risco, incapacidade de reação e adaptação diante da materialização do risco. Desta maneira, a

exposição a riscos pode estar relacionada às questões econômicas que caracterizam as condições de vida das marisqueiras, sendo válido destacar que 45,2% das marisqueiras entrevistadas são as únicas responsáveis pela composição da renda familiar. De acordo com Cutter (1994), a vulnerabilidade social consiste na interação entre o risco existente em um determinado lugar e o grau de exposição da população existente.

De acordo com Vieira e Lima (2003), as mulheres marisqueiras sempre trabalharam na informalidade, com condições de trabalho precarizadas, sendo discriminadas, excluídas ao acesso à educação, ao direito, não reconhecido por sua própria organização, a colônia de pescadores e marisqueiras.

É importante salientar que são inúmeras dificuldades enfrentadas pelas marisqueiras, outra variável relevante para destacar é a carga horária indefinida de trabalho. No presente estudo, a carga horária diária de trabalho variou entre três e doze horas. A maré estrutura comportamentos, sugere crenças e determinados ritmos de trabalho, logo as marisqueiras saem para pescar a partir da lógica das marés. (VANNUCCI, 2002; CAMPOS, 2009). Além disso, Fadigas e Garcia (2007), relatou no seu estudo que a jornada de trabalho dessas mulheres pode levar entre seis a oito horas por dia e depende essencialmente das circunstâncias da natureza. No presente estudo, 54% das marisqueiras, trabalham mais de quatro dias por semana, o mesmo foi observado no estudo de Jesus e Prost (2013), que sinalizou que mais da metade dos entrevistados afirmaram que coletam os mariscos todos os dias da semana. Desta maneira, percebe-se que, com a indefinição da carga-horária de trabalho, a vida das marisqueiras se resume ao trabalho e, assim, pode se converter num esforço penoso, aprisionando as trabalhadoras e, por sua vez, pode alienar, infelicitar e interferir na sua qualidade de vida.

De acordo com a Tabela 2, observou-se que 70,2% das marisqueiras apresentam problemas de saúde relacionados à prática laboral, que pode ser provocado pelas posturas prolongadas adotadas de forma incorreta, longa exposição ao trabalho, exposição a grande esforço físico, contato com agentes patológicos num ambiente com ausência de saneamento básico e poluição ambiental. Esta situação vivenciada pelas marisqueiras tem se generalizado no país, indicando uma transformação do trabalho destas mulheres, principalmente nas grandes metrópoles. Além disso, indivíduos com baixa escolaridade e classes menos favorecidas apresentaram maior incapacidade funcional (RAMALHO, 2004; SANTOS *et al.*, 2007). As marisqueiras convivem em um ambiente de trabalho de extrema precariedade.

Tabela 2 - Características da atividade laboral das marisqueiras do bairro de São Tomé de Paripe, Salvador, Bahia, 2014

Características da atividade laboral	n=104	%
Realiza outra ocupação além da mariscagem*		
Sim	18	17,9
Não	86	82,1
Aprendeu o ofício da pesca		
Mãe	45	43,3
Pai	15	14,4
Outros (avôs, avós e maridos)	44	42,3
Frequência semana de trabalho		
Entre um e dois dias	17	16,3
Três dias	31	29,8
Mais que quatro dias	56	53,9
Carga horária diária de trabalho		
Entre 3 e 7 horas	44	42,3
Entre 8 e 12 horas	60	57,7
Problemas de saúde relacionados à prática laboral		
Sim	73	70,2
Não	31	29,8
	N=73	
Problemas de saúde atrapalham a mariscagem		
Sim	49	67,1
Não	24	32,9
	N=17	
Atividade mais importante para o sustento da família		
Mariscagem	15	88,2
Outra ocupação	02	11,8
	N=104	
Bolsa auxílio do governo**		
Sim	62	60,2
Não	41	39,7
Composição da renda familiar		
Apenas da marisqueira	47	45,2
Outros membros da família	57	54,8
Registro da Pesca		
Sim	44	42,3
Não	60	57,7

Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

Notas: *01 participante da pesquisa não respondeu a questão

**01 participante da pesquisa não respondeu a questão.

Figura 6 - Prática da atividade laboral das marisqueiras do bairro de São Tomé de Paripe, Salvador, Bahia, 2014



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

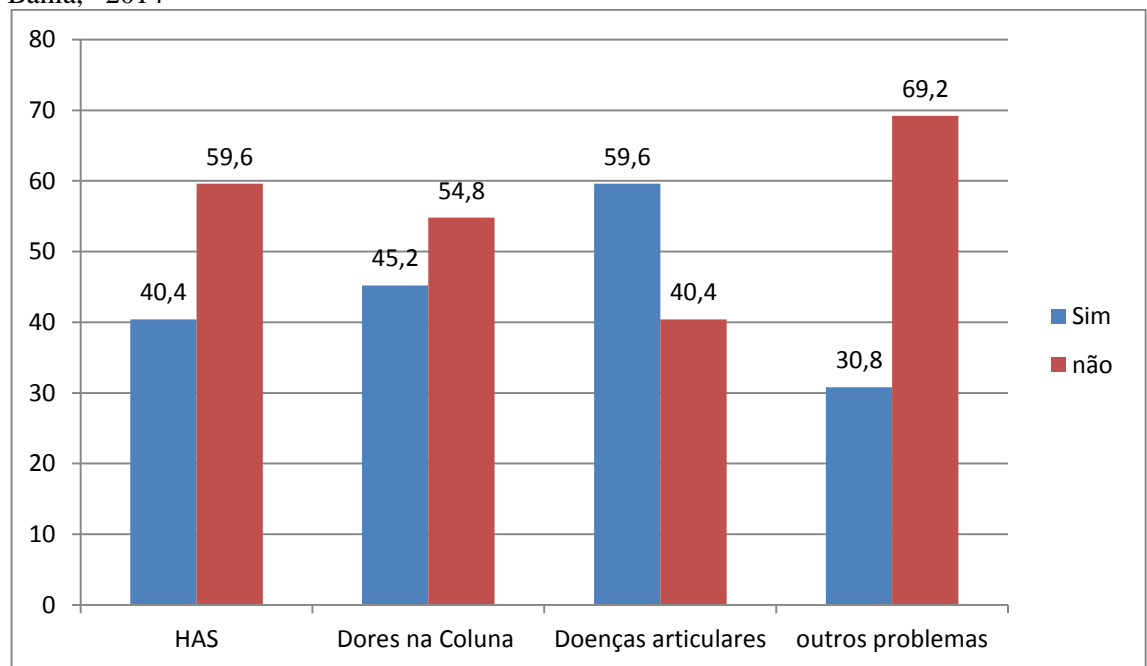
Inúmeros problemas de saúde foram relatados pelas marisqueiras, porém Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), disfunções na coluna vertebral e articulares foram as mais prevalentes. Conforme Gráfico 1, 45,2% das entrevistadas relataram ter disfunção musculoesquelética na coluna vertebral, 40,4% eram portadores de HAS, 59,6% sinalizaram problemas articulares e 30,8% relataram ter outro problema de saúde. Segundo Dall'Oca (2004), em seu trabalho, entre as trinta queixas mais frequentes relatadas, destacaram-se as dores de origem neuromusculares e articulares ou dores pelo corpo em geral, podendo estar associado ao desconforto físico sentido pelas trabalhadoras durante o desenvolvimento de suas atividades. Pena *et al.* (2013) relatou que a elevada prevalência dessas afecções podem ser causadas pela adoção de posturas irregulares durante o trabalho, a sobrecarga articular, a realização de movimentos repetitivos, as longas jornadas e a realização de poucas pausas durante a tarefa e a utilização de instrumentos rudimentares que são agentes diretamente relacionados à profissão. Desta maneira, fica evidente que esta categoria pode ter muitas disfunções à saúde relacionadas ao seu trabalho e podem influenciar na sua qualidade de vida.

Além dos problemas de saúde, as condições de vida das marisqueiras ficam mais difíceis devido à precariedade das relações de trabalho, a informalidade e instabilidade da atividade, que depende das condições climáticas. De acordo com Ramalho (2004), a informalidade e o desemprego são situações frequentes para as marisqueiras, com o predomínio de uma situação de extrema precariedade e falta de proteção. Importante salientar, que no presente estudo, 57,7% não apresentaram registro de pesca em concordância com o estudo de Ramalho (2004), que relatou na sua pesquisa que 66% não possuíam registro de autonomia e pagar para muitas é difícil, pois as trabalhadoras apresentam dificuldade de juntar qualquer montante. Essencialmente, o dinheiro arrecadado na coleta de marisco é

utilizado nas suas necessidades básicas diárias. Desta forma, mesmo quando apresentam limitações funcionais para trabalhar devido a comprometimento da saúde, as marisqueiras tendem a não se afastar das atividades laborais, pois a maioria precisa trabalhar mesmo assim, devido a sua condição informal.

Vale ressaltar que a discriminação social e as desigualdades consequentes dela influenciam, de maneira significativa, no estado de saúde da população estudada. Sendo assim, torna-se de suma importância a implantação de programas que permitam reduzir os efeitos danosos sobre a saúde deste tipo de atividade nesta população. Além disso, os fatores sociais estão relacionados ao nível de desenvolvimento socioeconômico da população estudada e às melhores relações de trabalho.

Gráfico 1 - Problemas de Saúde das marisqueiras do bairro de São Tomé de Paripe, Salvador, Bahia, 2014



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

6.3 CONDIÇÕES AMBIENTAIS VIVENCIADAS PELAS MARISQUEIRAS DE SÃO TOMÉ DE PARIPE

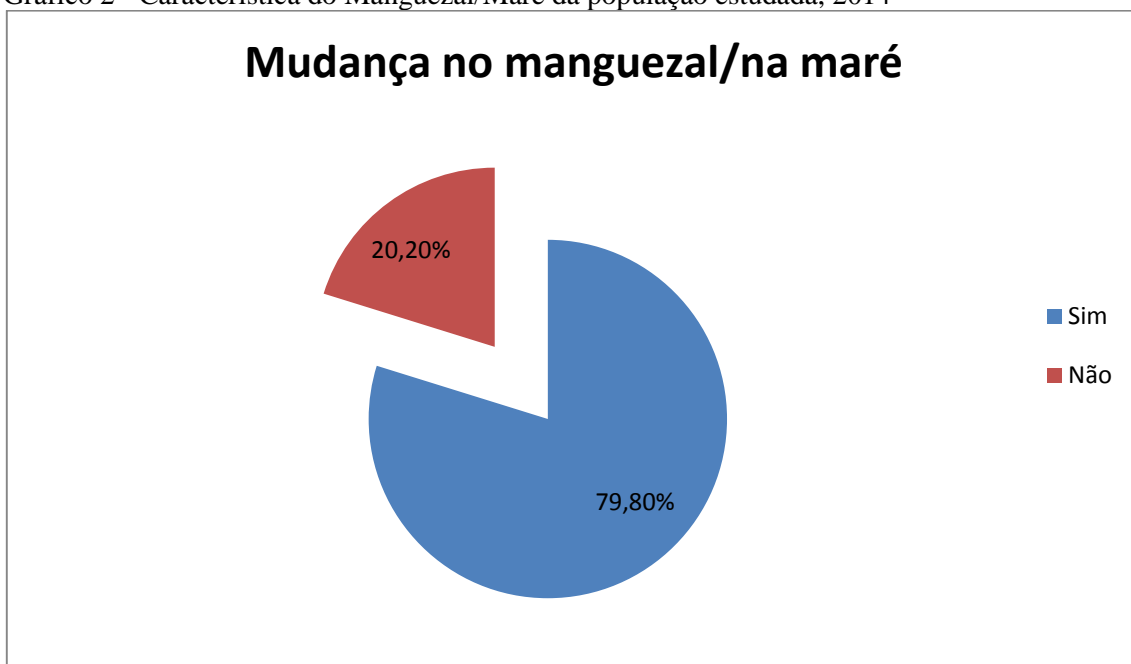
As marisqueiras retiram sua fonte de sobrevivência do habitat que vivem. Durante a pesquisa, percebeu-se que o manguezal é considerado pela população local do bairro de São Tomé de Paripe como provedor da necessidade básica para as famílias. Porém, de acordo com o Gráfico 2, 79,8% das entrevistadas relataram mudanças no manguezal nos últimos anos que

podem comprometer a sua sobrevivência. Tais transformações estão relacionadas à redução de mariscos e dificuldade de acesso as áreas do manguezal (Gráfico 3.) que podem ser decorrentes da poluição/resíduos tóxicos e conflitos com empresa local e Marinha (Gráfico 4). Devido à relevância econômica dos manguezais, estes ambientes são degradados diariamente pela ação e ocupação do homem. Essa ocupação desordenada é decorrente do fato desses locais apresentarem condições favoráveis à instalação de empreendimentos os quais normalmente visam atender interesses particulares.

É importante salientar que no presente estudo percebeu-se que a percepção em relação à mudança do mangue foi sinalizada com maior prevalência pela faixa etária mais avançada composta por marisqueiras a partir dos 60 anos onde 95,8% relataram as transformações, enquanto que a faixa etária entre 20-40 apenas 50% perceberam tal mudança. Isto pode ser decorrente pelo tempo que estão expostas a tal atividade.

Conforme Vieira (2003), a poluição dos manguezais tem causado paulatinamente a destruição do meio ambiente e, associado a este fato, provoca a redução de diversos mariscos. Neste contexto, vale destacar que, no presente estudo, 52,8% das marisqueiras consideraram as condições do manguezal ruins/péssimas e 41,30% regular (Gráfico 7). Diante de tal realidade, percebe-se que estamos passando de modo de sobrevivência e produção para um modo de destruição do ecossistema. É importante salientar que está afetando a atividade das marisqueiras.

Gráfico 2 - Característica do Manguezal/Maré da população estudada, 2014



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

De acordo com Harpham e Vaughan (1998), parcela enorme da população, normalmente, aqueles mais pobres que residem na periferia dos grandes centros, vivem em condições inadequadas e expostos a vários contaminantes ambientais típicos do desenvolvimento, como a poluição por produtos químicos e problemas de saneamento básico. A degradação do meio ambiente na cidade pode ser decorrente do crescimento urbano rápido e desordenado que tende a resultar em complexas agressões ao ambiente e, por sua vez, influenciam negativamente na qualidade de vida das pessoas.

Figura 7 - Vista parcial do Manguezal do Bairro de São Tomé de Paripe, Salvador-Bahia,2014



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

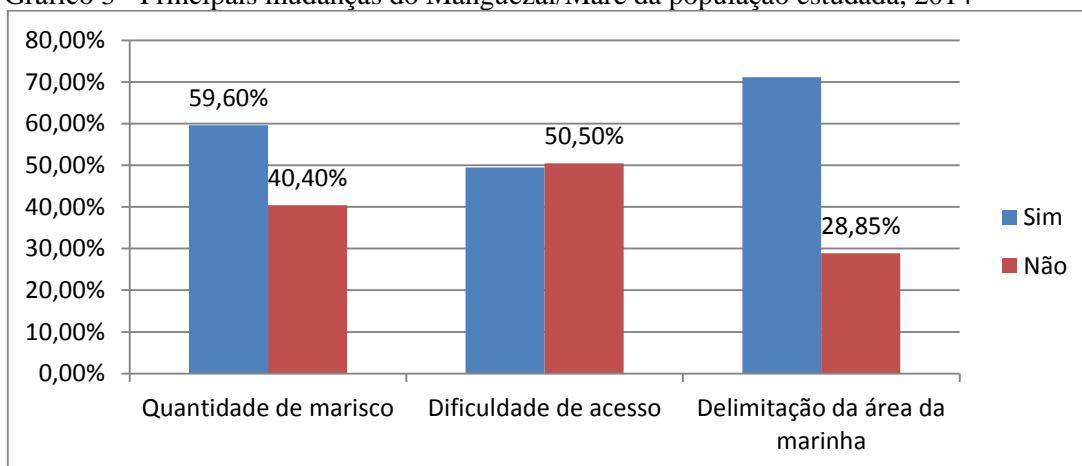
As marisqueiras exploram os recursos ambientais como forma de sobrevivência, porém as características do ecossistema associadas às influências externas originadas do meio estão contribuindo de modo negativo para a prática da mariscagem. A comunidade marisqueira do bairro de São Tomé de Paripe possui uma história de dificuldades contra o processo destrutivo do ecossistema devido, principalmente, a presença de fábricas locais. Além disso, ainda é válido ressaltar que existem os conflitos. Mas, apesar dos desafios, a mariscagem ainda é a atividade econômica mais importante.

A presença do Moinho Dias Branco, da Gerdau e da Marinha do Brasil acenou a origem de problemas sociais, econômicos e de saúde. Tais instituições podem ser suficientes para elevar o grau de pobreza, de doença e influenciar na prática laboral das marisqueiras, uma vez que a poluição ambiental causada pelas fábricas promoveu mudanças na quantidade de mariscos e a presença da Marinha provocou isolamento de algumas áreas consideradas ótimas para mariscar.

Diante da realidade percebida após coleta e análise de dados, notou-se que a população das marisqueiras do bairro de São Tomé de Paripe vivenciam problemas ambientais em geral e, por sua vez, afetam as suas condições de trabalho e de vida. Neste contexto, faz-se necessário a consolidação de uma prática crítica sobre as condições ambientais e entender o Direito Ambiental do Trabalho, o qual determinará princípios e conceitos jurídicos, objetivando a defesa do meio ambiente de trabalho equilibrado e saudável. Segundo Rocha (1997), Direito Ambiental do Trabalho compreende como sistema normativo que tutela o meio ambiente do trabalho (de forma rápida) e a saúde dos trabalhadores (de maneira indireta) e como disciplina jurídica, que descreve e compreende essa proteção normativa, tendo em vista o trabalhador em seu entorno de trabalho. Sendo assim, conforme Melo (2010), o meio ambiente de trabalho compreende o local onde as pessoas desempenham suas atividades laborais, sejam remuneradas ou não, cujo equilíbrio depende da salubridade do meio e na falta de agentes que comprometam a incolumidade físico-psíquica dos trabalhadores, independentemente da condição que caracterizem seu modo de vida.

Freitas *et al.* (2000) relatou ser necessário compreender a percepção da marisqueira sobre os seus direitos a um meio ambiente de trabalho saudável. De acordo com o questionário aplicado neste estudo, percebeu-se que é preciso a aplicação de novas pesquisas visando compreender tal percepção.

Gráfico 3 - Principais mudanças do Manguezal/Maré da população estudada, 2014



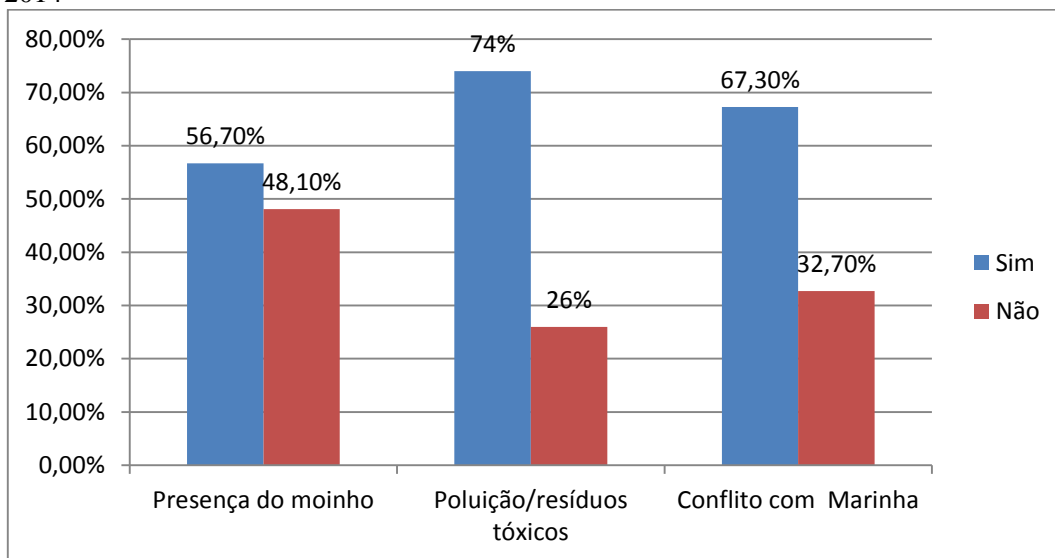
Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

As marisqueiras do bairro de São Tomé de Paripe afirmaram, sobretudo, que a contaminação do manguezal e animais marinhos repercute diretamente sobre o seu trabalho e, conseqüentemente, atinge o sustento de suas famílias. A comunidade necessita de mais pesquisas que se preocupe em estudar essa contaminação ambiental e demonstrar que isso

afeta o meio ambiente e, portanto, atinge diretamente a prática do trabalho e a subsistência da população local.

As marisqueiras entendem que seus modos de sustento, estão prejudicados de forma extrema, até impedida em razão da contaminação ambiental no local. Segundo elas, houve uma redução no tamanho e na quantidade de mariscos e, além disso, são encontrados mariscos de formatos estranho e sabor de óleo. As marisqueiras atribuem essas mudanças à poluição ocasionada pelas indústrias localizadas no entorno da sua comunidade que despejam seus dejetos diretos no mar e normalmente é percebido por moradores do entorno faixas de substâncias escuras na água, o que conseqüentemente reduz a vida existente no manguezal e maré. Quando ocorre o derrame de óleo ou outros produtos químicos no mar, as mulheres ficam com as suas atividades paralisadas até que o óleo seja removido e que os mariscos comecem a voltar. Porém, até que isso aconteça, existe uma exposição muito grande das marisqueiras e suas famílias para o desenvolvimento de doenças.

Gráfico 4 - Principais motivos que causaram as mudanças do Manguezal/Maré da população estudada, 2014



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

De acordo com Freitas *et al.* (2012), as marisqueiras relataram que houve uma mudança significativa nos hábitos alimentares decorrentes dos efeitos da contaminação química. Desde que perceberam as alterações expressivas na qualidade de peixes, mariscos e crustáceos, propuseram uma diminuição contínua de produtos da pesca e marisco para o consumo e, conseqüentemente, aumentaram o consumo de produtos industrializados, principalmente na alimentação das crianças, devido ao medo da ocorrência de doenças e

mortes. Porém, mesmo com o conhecimento dos riscos, as marisqueiras continuam vendendo os produtos visando suprir suas necessidades básicas.

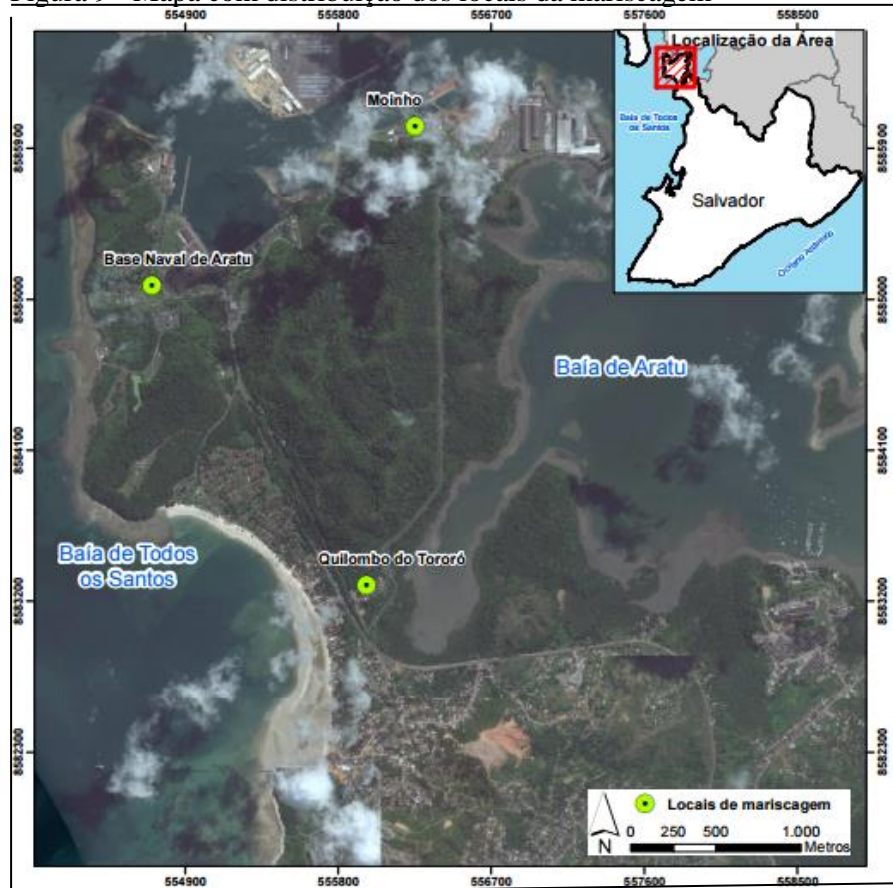
Figura 8 - Vista parcial do Manguezal do Bairro de São Tomé de Paripe, Salvador, 2014



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

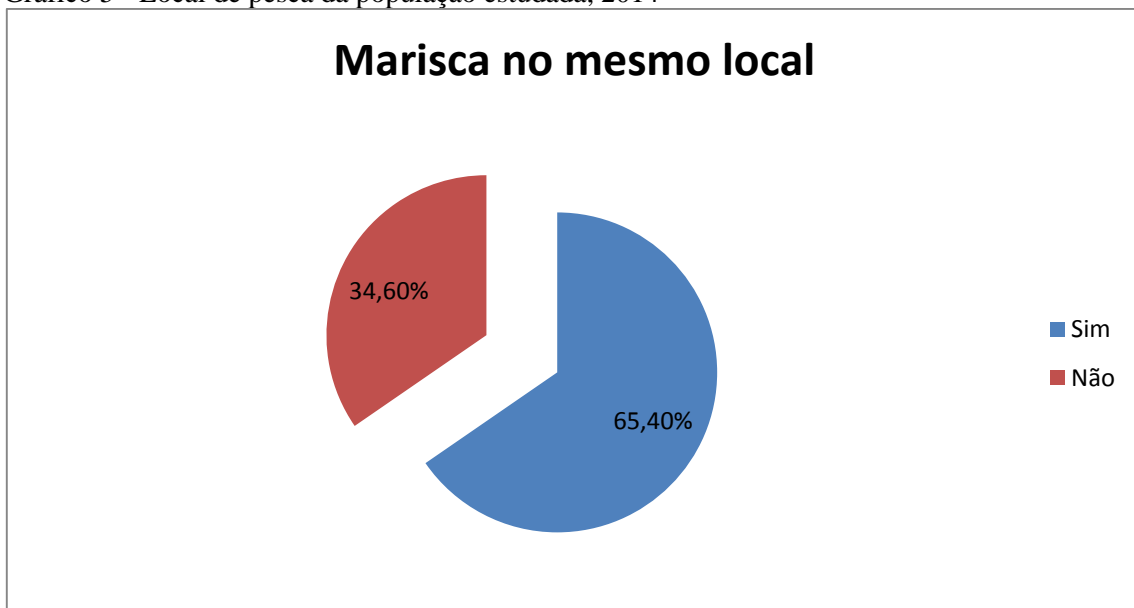
Em relação ao local da mariscagem (Figura 12), 65,40% da população estudada relataram pescar no mesmo local. Isto pode ser decorrente das dificuldades de acesso e limitações impostas no território. Sendo que 51% das marisqueiras entrevistadas preferem pescar próximo ao Moinho Dias Branco, 26,9% próximo a Marinha e 22,1% no mangue do Tororó, pois são locais que apresentam maior predominância de maré vazante.

Figura 9 - Mapa com distribuição dos locais da mariscagem



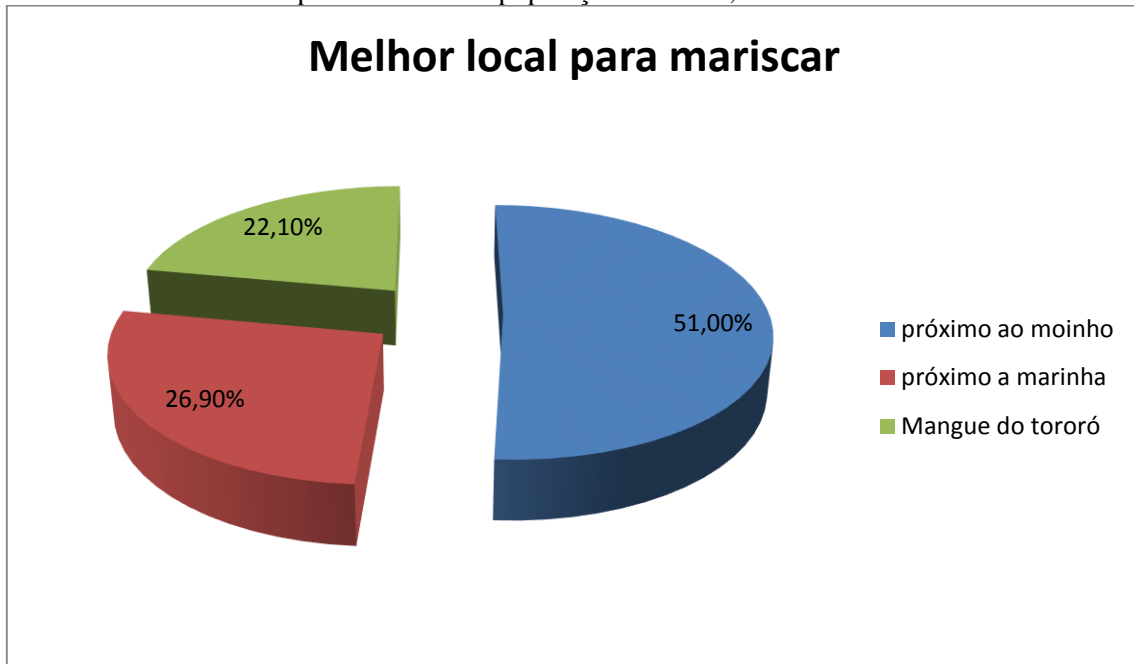
Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

Gráfico 5 - Local de pesca da população estudada, 2014



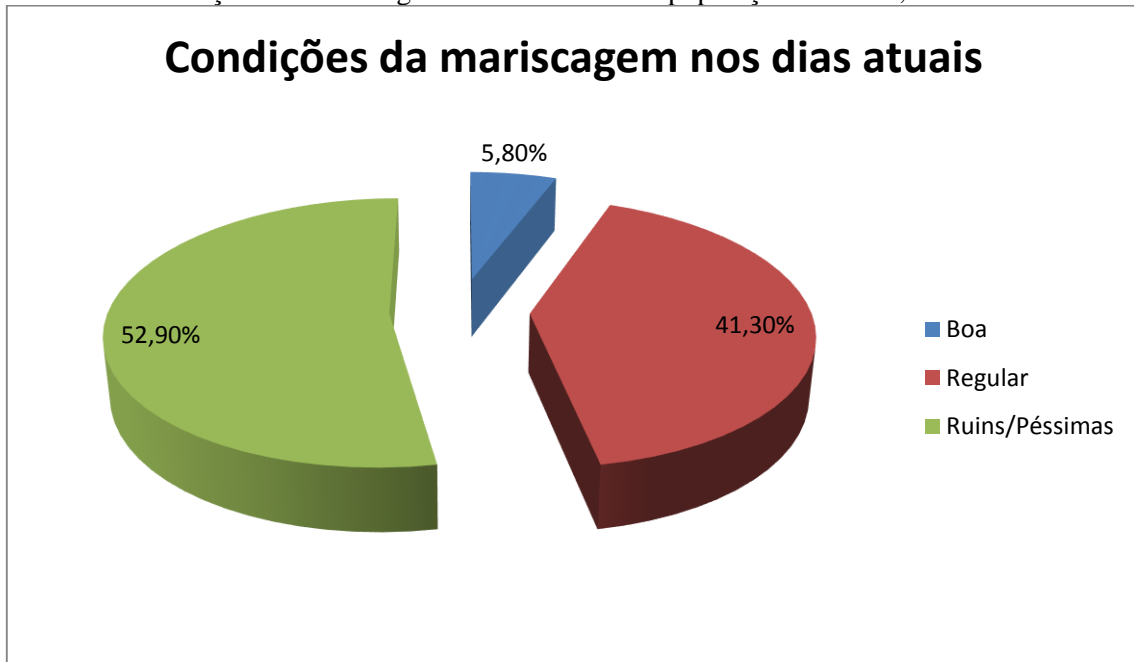
Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

Gráfico 6 - Melhor local para mariscar da população estudada, 2014



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

Gráfico 7 - Condições da mariscagem nos dias atuais da população estudada, 2014.



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

6.4 CONDIÇÕES DE MORADIA, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DAS MARISQUEIRAS DE SÃO TOMÉ DE PARIPE

A moradia compreende um fator condicionante e determinante na saúde do indivíduo e, por sua vez, impacta na qualidade de vida. De acordo com Cohen (2004), a situação habitacional brasileira se configura por um quadro de significativo déficit quantitativo, uma extensiva inadequação domiciliar e uma grave precariedade da infraestrutura urbana. Esta realidade provoca riscos sanitários específicos que aumentam a vulnerabilidade de amplos setores da população a um largo espectro de enfermidades, contribuindo, em muito, para o agravamento da morbi-mortalidade brasileira.

A Bahia apresenta um déficit habitacional de 519,7 mil domicílios, o segundo maior déficit do país em termos absolutos, abaixo apenas de São Paulo. A capital baiana possui um déficit de 12,6% em relação ao total de domicílios, abaixo do verificado em outros estados. Neste contexto, Salvador tem um déficit de 93 mil habitações, o quarto maior do país, menor apenas para São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília (IBGE, 2010).

De acordo com a tabela 3, em termos de moradia, no presente estudo 71,2% das entrevistadas relataram residir em casa própria, 55,8% das moradias das marisqueiras localizam-se em invasão de área urbana, 66,3% residem em casa com até três cômodos, 49% das habitações foram construídas de alvenaria sem revestimento, 51% tem acabamento de piso cimentado, 44,2% dos seus domicílios tem coberturas de telha Eternit ou similar e 97% possuíram banheiros em concordância a pesquisa realizada pelo Censo 2010, entre os quatro setores 920 domicílios apresentam banheiros (IBGE, 2010).

Observou-se, após coleta e análise de dados, que existe um número prevalente de moradias localizadas em invasão de área urbana. De acordo com o IBGE (2010), os domicílios ocupados em aglomerados subnormais em São Tomé de Paripe é equivalente a 3543 domicílios. É válido ressaltar, que o processo de invasão na cidade do Salvador assumiu enormes dimensões, caracterizando a alternativa de moradia para a maioria da população de baixa renda. De acordo com Mattedi (1979), entre os anos de 1946 e 1978 foram registrados 68 invasões. Por outro lado, no estudo de Gordilho-Souza (2001) foram registrados entre 1946 e 1991, 452 invasões, destas 95 foram erradicadas, ficando a cidade de Salvador, em 1991, com um total de 357 áreas invadidas. É importante salientar que, conforme Gordilho-Souza (2001), cerca da metade das invasões estavam localizadas em terrenos públicos.

De acordo com Souza (2000), a cidade de Salvador apresenta em torno de 400 mil domicílios que necessitam de melhorias de infraestrutura no domicílio e na ocupação,

equivalendo a 60% da população que vivem em moradias localizadas em assentamentos precários e ocupação desordenada. Diante do estudo realizado, um número relevante de marisqueiras pode fazer parte deste indicador, pois vivem em moradias com difíceis acessos a bens e serviços, ambientes mal iluminados e ventilados, além das precárias condições das construções dos seus domicílios. Neste contexto, percebe-se que esta população não vive em adequada ambiência. Conforme Cohen (2004), o conceito de ambiência encontra-se relacionado às necessidades de se estar confortável em relação à adequação sociocultural (materiais locais em que foram feitos os móveis, utensílios e em que foram elaborados paredes, tetos e pisos) e adequação ambiental (ventilação, luminosidade, temperatura).

Segundo o Plano Municipal de Habitação de Salvador (2008), as invasões, ou melhor, as ocupações informais estão concentradas no Subúrbio Ferroviário, onde se reproduz o denominado “padrão periférico” de expansão urbana. Desta maneira, este dado corrobora com o encontrado na presente pesquisa onde os entrevistados residem no bairro de São Tomé de Paripe, distrito do Subúrbio Ferroviário, e mais da metade da população estudada residem em área de invasão urbana. Carvalho e Pereira (2005), confirmaram tal realidade quando relataram em seu estudo que as áreas com condições mais inadequadas em termos habitacionais se localizam no Subúrbio Ferroviário e Miolo, chamado de “cidade precária” e em termos socioeconômicos as áreas têm em comum a pobreza dos seus habitantes. Ainda segundo Carvalho e Pereira (2005), na “cidade precária” predomina a informalidade, em termos de padrões urbanísticos e de mercado, bem como a precariedade em termos habitacionais, principalmente no Subúrbio Ferroviário.

As camadas mais pobres da população como é o caso das marisqueiras do bairro de São Tomé de Paripe, particularmente as excluídas das possibilidades de conquistar maneiras mais dignas e seguras de habitação e em lugares apropriados, acabam acumulando muitas desvantagens sobrepostas e conseqüentemente as causas resultantes podem desencadear outros fatores de risco que comprometem sua qualidade de vida a própria percepção da dignidade humana e cidadania.

Segundo Santos (2002, p. 58):

a posição social das populações mais diretamente atingidas pela globalização, caracteriza-se pela desigualdade de oportunidades de vida, isto é, um acesso desigual a recursos e uma vivência de situações sociais desiguais, as quais podem ser resumidas em saúde, habitação, trabalho, educação, relações de sociabilidade, segurança, renda, informação e participação política.

Embora 71,2% das entrevistadas sejam proprietárias dos domicílios que moram, tal dado pode configurar a pobreza. Conforme Gilberto (2000), um indicador da precariedade das

condições de moradia em Salvador está relacionado aos dados sobre a propriedade domiciliar. E o mesmo relatou que, em uma região caracterizada pela pobreza de sua população, paradoxalmente, a maioria dos habitantes são proprietários de seus domicílios, independente de serem precários ou não, a ausência de acesso da maior parte da população ao mercado imobiliário formal e a indisponibilidade de alugar habitações leva a construir sua própria moradia, mas, muitas vezes, desprovidas do bem-estar básico. Em concordância a este estudo, onde se observou que quase metade das habitações das marisqueiras foram construídas de alvenaria sem revestimento, 51% tem acabamento de piso cimentado, 44,2% dos seus domicílios tiveram coberturas de telha Eternit ou similar. A tipologia habitacional apresenta condições gerais de habitabilidade irregulares já que os materiais utilizados para construção não oferecem ventilação, iluminação e conforto térmico apropriado, além da precariedade pela falta de manutenção.

Em relação ao padrão de moradia, 66,3% das marisqueiras entrevistadas residiam em domicílios de até três cômodos. No estudo realizado por Gilberto (2000), para caracterização dos padrões de moradias um dos indicadores analisado foi “habitação com até três cômodos”. Além disso, o autor sinalizou que para a identificação das áreas de ocupação informal existentes no ano 2000 conforme Censo, as habitações com até três cômodos indicou uma provável precariedade, pois caracterizou a convivência na moradia de maneira conflitante.

Figura 10 - Vista das moradias e acessibilidade das marisqueiras do bairro de São Tomé de Paripe, 2014



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

Tabela 3 - Características da habitação das marisqueiras do bairro de São Tomé de Paripe, 2014

Características de habitação	n=104	%
Sempre morou no bairro de São Tomé de Paripe*		
Sim	69	66,3
Não	34	32,7
Residência		
Própria	74	71,2
Alugada/sublocada	11	10,6
Cedida/outro	19	18,3
Localização do terreno**		
Invasão em área urbana	58	55,8
Invasão no manguezal	25	24,0
Terreno legalizado	20	19,2
Material de Construção da habitação		
Alvenaria com revestimento	44	42,3
Alvenaria sem revestimento	51	49,0
Barraco	01	1,0
Taipa com reboco	01	1,0
Mista	07	6,7
Acabamento do piso da habitação		
Madeira sobre palafitas	01	1,0
Cerâmica	37	35,6
Cimentado	54	51,9
Outro	12	11,5
Cobertura da habitação		
Telha cerâmica	22	21,2
Laje com telha cimento/amianto	09	8,7
Laje sem cobertura	23	22,1
Telha Eternit ou similar	46	44,2
Outro	04	3,8
De onde vem a água usada em casa		
Tratada(embasa)com canalização interna	15	14,4
Tratada(embasa)com ponto de água externo	56	53,8
Água de poço/fonte	16	15,4
Água de poço com canalização interna	07	6,7
Água de poço com ponto de água externo	06	5,8
Não soube responder	04	3,8
Falta água na sua casa		
Sim	53	51,0
Não	51	49,0
Como guarda água na sua casa		
Tanque de cimento/ amianto com tampa	12	11,5
Tanque de cimento/amianto sem tampa	07	6,7
Tonel com tampa	15	14,4
Tonel sem tampa	15	14,4
Panela, lata ou balde com tampa	11	10,6
Panela, lata ou balde sem tampa	08	7,7
Não guarda	36	34,6

Cuidado com a água de beber

Filtra	35	33,7
Ferve	14	13,5
Ferve e filtra	15	14,4
Adiciona cloro	09	8,7
Guarda em vasilha específica	20	19,2
Usa da torneira	11	10,6

Possui banheiro***

Um banheiro dentro de casa	56	53,8
Mais de um banheiro dentro de casa	01	1,0
Banheiro fora de casa	45	43,2
Não possui banheiro	01	1,0

Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

Em relação à infraestrutura e aos serviços urbanos, conforme o Censo de 2010, registrou-se um avanço em Salvador, particularmente no que se refere ao acesso à água e ao esgoto (IBGE, 2010). Quase toda a área de Salvador encontra-se coberta por abastecimento de água. No presente estudo, em relação à água usada no domicílio das entrevistadas, 68,2% tinham água tratada (Embasa), 51% relataram que falta água, porém 34,6% sinalizaram não guardar água na sua residência. Quanto ao tratamento da água para beber, 33,7% filtrava água, 13,5% fervia, 14,4% filtrava e fervia e apenas 10,6% usavam água da torneira para o consumo. De acordo com o Censo (2010), a maioria da população de São Tomé de Paripe tem abastecimento de água pela rede geral (IBGE, 2010).

Figura 11 - Vista de domicílio das marisqueiras do Bairro de São Tomé de Paripe, 2014

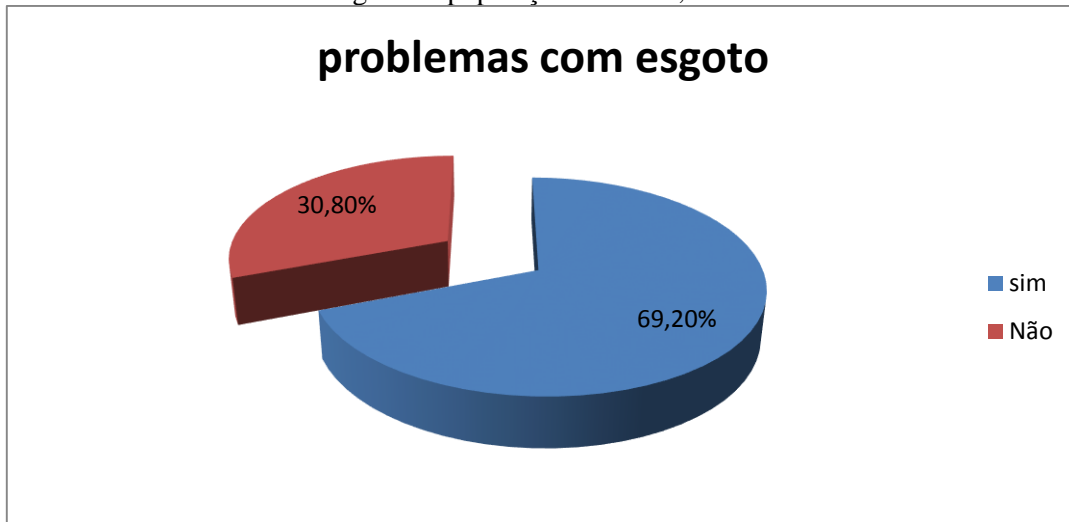


Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

Em termos de escoamento sanitário, na presente pesquisa, 69,2% das marisqueiras relataram existir problemas com esgoto. Porém, de acordo com o Censo de 2010, foi sinalizado que a situação do município de Salvador está avançando, mesmo que a área da

cidade coberta por escoamento sanitário adequado seja bem inferior que a área atendida pelo abastecimento de água (IBGE, 2010).

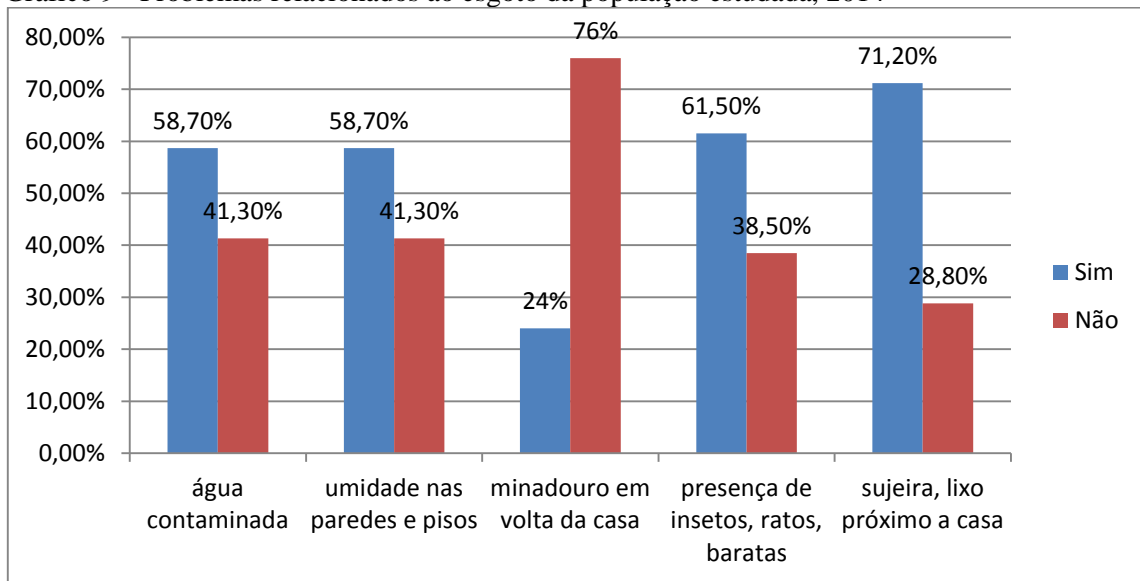
Gráfico 8 - Problemas com esgoto da população estudada, 2014



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

Devido ao esgotamento sanitário inadequado relatado por 69,2% da população estudada, observou-se também alguns problemas relacionados ao esgoto aos arredores dos domicílios das marisqueiras como água contaminada, umidade em pisos e paredes, minadouro em volta das casas, presença de insetos, lixo próximo aos domicílios (Gráfico 9). Diante disso, todos esses fatores são riscos para o desenvolvimento de agentes patológicos e comprometem a qualidade de vida da população. Percebeu-se a partir dos relatos das marisqueiras a relação entre os problemas ambientais e a saúde da população. Outros problemas de saúde podem ocorrer como doenças de pele, respiratórios, verminoses, disenteria e contaminação.

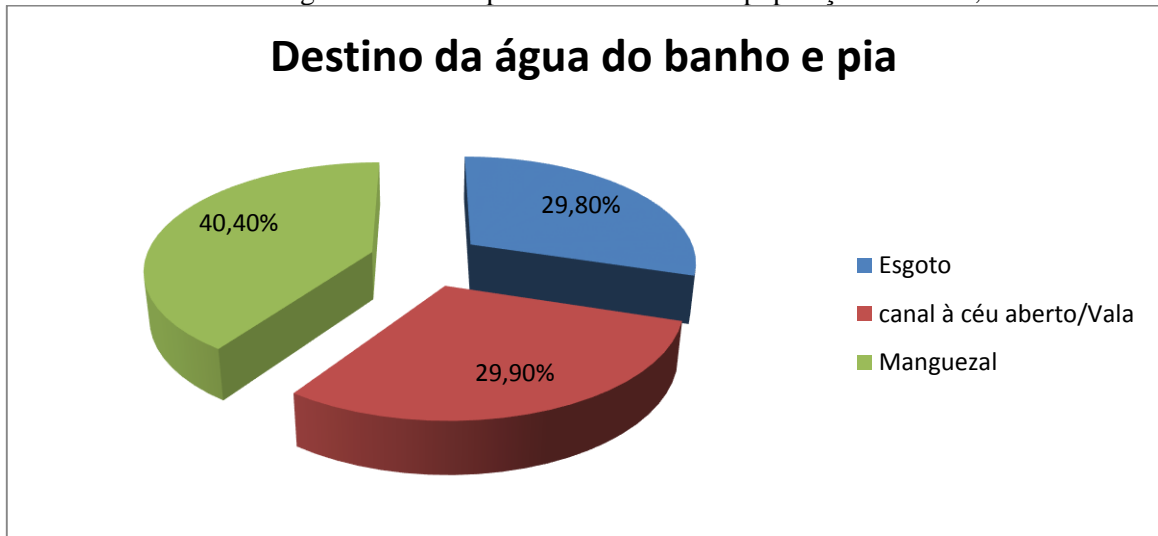
Gráfico 9 - Problemas relacionados ao esgoto da população estudada, 2014



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

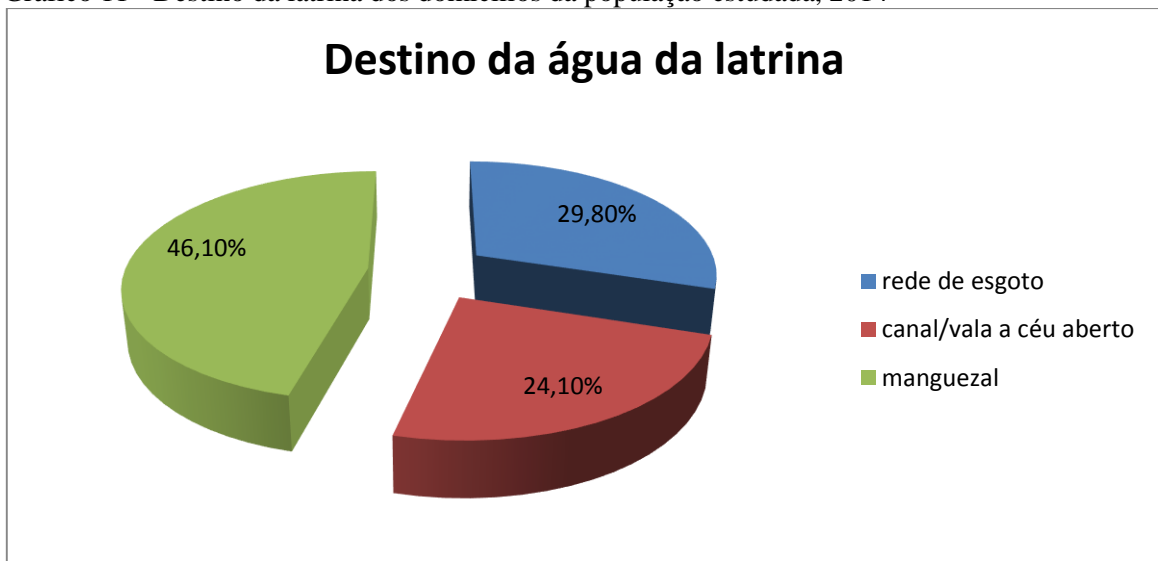
Importante ressaltar que mesmo com implantação de rede de esgotamento sanitário não assegura o mesmo, uma vez que, para que seja feita a solicitação do serviço, existe um custo financeiro pelo habitante e, no caso da população com baixo poder aquisitivo, constantemente a opção é canalizar o esgoto para fossas ou a rede de drenagem pluvial existente (SOUZA, 2000). Este dado confirma o achado desta pesquisa, uma vez que apenas 29,8% da água do banho e da pia são drenados para o esgoto, enquanto 70,2% são destinados para canal a céu aberto, vala ou manguezal (Gráfico 10). E em relação ao destino da água da latrina dos domicílios das marisqueiras entrevistados, os dados são semelhantes ao supracitado (Gráfico 11). O esgotamento sanitário de forma incorreta contribui de maneira significativa para poluição do manguezal e, conseqüentemente, a contaminação pode impactar na fauna, flora, saúde e qualidade de vida das marisqueiras.

Gráfico 10 - Destino da água do banho e pia dos domicílios da população estudada, 2014.



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

Gráfico 11 - Destino da latrina dos domicílios da população estudada, 2014



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

Outra questão preocupante observada durante o inquérito domiciliar e que pode comprometer a qualidade de vida das marisqueiras está relacionado ao descarte do lixo. 71,2% das entrevistadas relataram haver coleta de lixo, porém mesmo existindo o serviço oferecido pelo município de Salvador, o acesso à caixa coletora era muito difícil porque ficava muito distante dos domicílios e desta forma 82,7% descartavam o lixo em locais inapropriados como: quintal, rua, terreno baldio e manguezal/maré. Além disso, 51,8% sinalizaram presenciar constantemente situações de lixo amontoados na rua/quintal/terreno

baldio e 30,8% no manguezal (Tabela 4). Sendo assim, mais um fator que pode contribuir para a contaminação do manguezal e prováveis danos à saúde e ao trabalho da população.

No estudo de Pereira (2000), relatou que mesmo que os índices de coleta de lixo na cidade de Salvador indicassem que a coleta obedeça a padrões adequados, grande parte das ocupações informais se localiza em encostas, fundos de vales, ladeiras e outros padrões urbanísticos inapropriados e que impossibilitam o acesso de veículos de coleta de lixo, ficando, assim, a responsabilidade do morador de descartar o lixo na caixa coletora, como estes tendem a não fazer, conforme percebido neste estudo das marisqueiras. Esta situação acaba provocando acúmulos de detritos, resíduos tóxicos e tem como consequências os riscos à saúde da população, degradação do meio ambiente, deslizamento de terras, dentre outros.

Figura 12 - Vista de lixo espalhado pelo bairro de São Tomé de Paripe, 2014



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

Diante da realidade observada, é fundamental salientar que a Política Nacional de Meio Ambiente foi implantada em 1981 e através da Lei 6.938 foi criado o conceito de meio ambiente, abordando o Direito Ambiental como objetivo de preservar a vida. Logo, as comunidades ribeirinhas ou população urbana precisam de equilíbrio do ambiente para garantir sua maneira de vida. Tal questão é confirmada por Vieira e Bredariol (1998, p. 121):

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Conclui-se que é papel tanto da comunidade como do Estado atuar em prol da conservação ambiental.

Tabela 4 - Condições do Serviço urbano das marisqueiras do bairro de São Tomé de Paripe, Salvador, Bahia 2014

Condições do serviço urbano	n=104	%
Coleta de Lixo		
Sim	74	71,2
Não	30	28,8
Local onde lixo é descartado		
Quintal ou rua	37	35,6
Terreno baldio	38	36,5
Maré	11	10,6
Outro	18	17,3
Situações presenciadas na comunidade		
Lixo amontado em terreno baldio	29	27,9
Lixo na maré/manguezal	32	30,8
Lixo espalhado pela rua	25	24,0
Outros	18	17,4
Vala/canal a céu aberto próximo a habitação		
Sim	61	58,7
Não	43	41,3

Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2014).

Observou-se, neste estudo, inúmeras limitações sociais. Tal realidade vivenciada pela comunidade das marisqueiras não condiz com a Política Nacional de Habitação aprovada em 2004 pelo Conselho Nacional de Habitação que compõem a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, o qual apresenta como objetivo principal à inclusão dos setores excluídos do direito à cidade e ao princípio de que a habitação e o acesso universal aos serviços básicos essenciais para a cidadania.

Diante da análise de dados apresentada, pode-se perceber que os problemas habitacionais da população de baixa renda estão agravando. Desta maneira, necessita da atuação do poder público, uma vez que a renda insuficiente da população das marisqueiras impõe limites para sua formação social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações obtidas através da coleta e da análise de dados permitiram traçar o perfil dessa amostra de trabalhadoras, bem como conhecer as suas condições de moradia, trabalho, saúde e vida, identificando os indicadores que influenciam na qualidade de vida. Observou-se um quadro socioeconômico de pobreza, exclusão urbana e profunda desigualdade, gerando situações de precariedade nas condições de habitabilidade comprometendo a qualidade de vida. As marisqueiras apresentam jornada de trabalho elevada, são desprovidas de proteção social e dos elementos básicos essenciais para manutenção da vida. A maioria, apesar de residirem em domicílios próprios, são autoconstruídos em área de invasão urbana com precária manutenção.

É importante salientar que a preocupação com o bem-estar da população marisqueira não iniciou apenas com esta pesquisa em 2013, mas a partir da inserção no Programa de Integração Saúde e Comunidade da Universidade Salvador em 2010. As condições, os modos e estilos de vida desta população são consequentes de uma longa evolução das lutas políticas, econômicas e da própria cultura, no sentido de propiciar sempre melhores e mais dignas condições de vida para as marisqueiras. Uma história de lutas em que se destacam todos aqueles que, em algum momento, não se conformaram com os critérios de distribuição da riqueza produzida socialmente e que gera desigualdade social. Ao longo do estudo, percebeu-se que as marisqueiras são dotadas de saberes sobre a rotina de sua comunidade, através de uma consciência ativa. Desta forma, podem ser levadas a uma formação ampla no campo comunitário, permitindo uma troca de experiência e uma busca de soluções estruturais para problemas graves.

Foi possível perceber, através desta pesquisa, as dificuldades e os riscos a que as marisqueiras se submetem na prática de sua atividade laboral. Os resultados apresentados e indicadores discutidos indicaram a precariedade vivenciada por essas mulheres.

Ainda é notório destacar que a péssima qualidade de vida é decorrente dos vários fatores de riscos, agentes patológicos a que estão expostas, condições de vida e trabalho e a falta de proteção social. Desta forma, notou-se que a informalidade da prática laboral das marisqueiras tende a desprover do seu direito de cidadã.

Verificou-se que os problemas ambientais causam impactos sob a qualidade de vida da população de São Tomé de Paripe, atingindo a geração de renda familiar e a saúde dos

indivíduos. Chamou a atenção o enorme número de marisqueiras que afirmaram identificar problemas ambientais, apesar das mesmas apresentarem dificuldades que estes problemas repercutem nas suas condições de vida e de trabalho. Também foi identificado que a existência de problemas ambientais, muitas vezes, está relacionada à deficiência dos serviços de saneamento ambiental. A realidade destas marisqueiras não contradiz a situação vivida pela maioria da população brasileira quanto às dificuldades no acesso aos serviços de saneamento ambiental. Em São Tomé de Paripe, a maioria dos domicílios possui água tratada, predominando a utilização de água com ponto externo e pode gerar contaminação e possíveis doenças. Quanto ao destino do lixo, em sua maioria tem coleta de lixo, porém muitos descartam em terreno baldio, quintal ou rua. Entre os problemas ambientais mais frequentes, foram apontados: a poluição da maré, o descarte indevido do lixo, a existência de esgotos a céu aberto. Tais resultados evidenciaram a necessidade de ampliação dos investimentos públicos em torno da preservação do meio ambiente e dos serviços de saneamento básico prestados a estas comunidades, além de uma maior atenção no que diz respeito à implementação de Políticas Públicas que garantam a sua qualidade de vida e o acesso à cidadania.

Acredito que esta pesquisa pode, de maneira efetiva, colaborar na construção de melhores e mais justas condições de vida para as marisqueiras. E que pode também contribuir para uma notória compreensão sobre as formas de organização e distribuição de riquezas na sociedade, oferecendo maiores subsídios para uma reflexão que a torne mais justa e igualitária quando necessário.

Observou-se na presente pesquisa que a interação de diversas variáveis vem colaborando para um declínio na atividade profissional da coleta de mariscos. A baixa escolaridade, a falta de um devido suporte governamental, o desprever de recursos financeiros, são alguns dos motivos aos quais somados têm impedido que as marisqueiras reconquistassem seu direito profissional de usufruir do manguezal. O presente estudo indicou que quanto maior o tempo de serviço maior a inclinação a índices negativos no que refere à evolução profissional é maior a percepção quanto à degradação do mangue. Para valores mais significantes, são necessárias novas amostras com maior adesão de marisqueiras, para que se confirmem os dados supracitados.

A partir disso, percebe-se a necessidade de mais estudos epidemiológicos e sociais sobre habitabilidade e saúde nesta população. É importante que o Ministério de Pesca e

Aquicultura junto com as colônias de pesca e membros que atuam na área da saúde coletiva crie incentivos para aperfeiçoar a atividade laboral da coleta de mariscos, com objetivo de melhorar a qualidade de vida das marisqueiras e como consequência minimizar o aparecimento de transtornos que venham a contribuir de modo negativo no desenvolvimento do trabalho realizado por estas.

Ainda é relevante salientar, que são essenciais iniciativas não governamentais e/ou Políticas Públicas governamentais visando valorizar o trabalho das marisqueiras e desenvolver a percepção de mulheres produtivas, com capacidade de se organizarem enquanto classe social e, principalmente, como profissionais. Pois, o espaço social que estas mulheres ocupam encontra-se invisível aos poderes públicos.

Os estudos sobre a atividade de mariscagem são fundamentais para a preservação do meio ambiente, uma vez que a atividade é milenar e pode comprovar a sustentabilidade da atividade praticada. Sendo assim, percebe-se a importância deste estudo para o desenvolvimento de políticas e práticas direcionadas ao manejo e conservação do mangue e melhoria da qualidade de vida das marisqueiras que utilizam o ecossistema de maneira sustentável.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO JUNIOR, Arlindo Matos de. **Geografia: impactos ambientais**. 2006. Disponível em: <<http://www.juliobattisti.com.br/tutoriais/arlindojunior/geografia036.asp>>. Acesso em: 27 ago. 2013.
- BANDEIRA, F. P. S. de F.; BRITO, R. R. C. de. Comunidades pesqueiras na Baía de Todos os Santos: aspectos históricos e etnológicos. In: CAROSO, C.; TAVARES, F.; PEREIRA, C. (Orgs.). **Baía de Todos os Santos: Aspectos Humanos**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- BARBOSA, S. R.da C. S. Qualidade de vida e ambiente: uma temática em construção. In: _____. (Org.). **A temática ambiental e a pluralidade do Ciclo de Seminários do NEPAM**. Campinas: UNICAMP, NEPAM, 1998, p. 401- 423.
- BARICKMAN, B. J. **Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BOURDIEU, P. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- BRASIL. **Melhora da condição de trabalho das marisqueiras**. Disponível em: <<http://www.comunicação.ba.gov.br.2008>>. Acesso em: 25 abr. 2013.
- BRASIL. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. **O diagnóstico da pesca extrativa**. Disponível em: <WWW.presidencia.gov.br/seap>. Acesso em: 3 jul. 2014.
- BRASIL. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. 2006. [Portal institucional]. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/SEAP>. Acesso em: 5 set. 2014.
- BURKE, P. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Brasília, v.5, n.1, p.63-177, 2000.
- BUSS, P. M. ; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Revista Saúde Coletiva Physis**, v.17, n.1, p.77-9, 2007.
- CAMPOS, G. B. **Avaliação funcional das marisqueiras da comunidade Tramataia-PB: um enfoque Fisioterapêutico e Etnoecológico**: João Pessoa-PB, 2009
- CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. (Coord.). **Como anda Salvador**. Relatório de pesquisa apresentado ao Ministério das Cidades. Salvador, 2005.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 3. ed. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2002.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

CARDOSO, E. S. **Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros**. 14. Ed. São Paulo: GEOUSP - Espaço e Tempo, 2003.

Cohen S. C. **Habitação saudável como caminho para a promoção da Saúde** [tese]. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Osvaldo Cruz, 2004.

COIMBRA, D. de. A. A. **O outro lado do meio ambiente**. São Paulo: CETESB/ASCETES B, 1985.

CONDE, D. M.; PINTO-NETO, A. M. **Qualidade de vida**. Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas, 2008.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (CNDSS). **Carta aberta aos candidatos à Presidência da República**. Setembro de 2006. Disponível em: <www.determinantes.fiocruz.br>. Acesso em: 10 jun. 2014.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (CNDSS). **As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil**. Rio de Janeiro, abr. 2008. Disponível em: <[www.http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis](http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

DAHLGREN, G, WHITEHEAD, M. **Policies and Strategies to promote social equity in health**. Stoclm: Institute for Future Studies, 1991.

DA MATA, Daniel. *et al.* **Composição e consolidação da infraestrutura domiciliar nos municípios brasileiros**. Brasília: Dinâmica dos Municípios, 2008, p 245-288.

DALL'OCA, A.V. **Aspectos socioeconômicos de trabalho e de saúde de pescadores do Mato Grosso do Sul**. 2002, 72 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Mato Grosso, Campo Grande, 2004. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

DIAS NETO, J. **Gestão do uso de recursos pesqueiros marinhos no Brasil**. 2010, 242 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasil, 2010.

DIAS, T. L. P.; ROSA, R. S.; DAMASCENO, L. C. P. Aspectos socioeconômicos, percepção ambiental e perspectivas das mulheres marisqueiras da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão ,Rio Grande do Norte, Brasil. **Gaia Scientia**, v. 1, n.1, p. 25-35, 2007.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo, 2012.

DIEGUES, A.C. *et al.* **Processos econômicos e sociais da ocupação e uso dos ecossistemas litorâneos e costeiros e seus impactos**. São Paulo: Nupaub – USP, 2008.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

FADIGAS, A. B. M.; GARCIA, L. G. O protagonismo das marisqueiras na criação da Reserva Extrativista Acaú - Goiana. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro. **Anais...** Porto Seguro: Programa Regional de Pós- Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal da Paraíba, Porto Seguro, 2008.

FERNANDES, I. I. B.; VASCONCELOS, K. C.; SILVA L. L. L. **Análise da Qualidade de Vida Segundo o Questionário SF-36 nos Funcionários da Gerência de Assistência Nutricional (GAN) da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, Belém-PA.** Belém-PA: Universidade da Amazônia, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Curso de Fisioterapia, 2009.

FORATINI, O. P. **Ecologia, epidemiologia e sociedade.** São Paulo: Artes Médicas: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

FREITAS, S. T.; PAMPLIN, P. A. Z.; LEGAT, J.; et al. Conhecimento tradicional das marisqueiras de Barra Grande, Área de Proteção Ambiental do Delta do Rio Parnaíba, Piauí, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. XV, n. 2 p. 91-112 maio-ago. 2012.

GONÇALVES, Aguinaldo. Em busca do diálogo do controle social sobre o estilo de vida. In: VILARTA, R. (Org.). **Qualidade de Vida 137 e políticas públicas:** saúde, lazer e atividade física. Campinas: IPES, 2004, p. 17-26.

GONÇALVES, A.; VILARTA, R. Qualidade de Vida: identidades e indicadores. In: _____. (Orgs.). **Qualidade de vida e atividade física:** explorando teorias e práticas. Barueri: Manole, 2004. p.3-25.

GORDILHO-SOUZA, A. **Limites do habitar:** segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectiva no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2008.

GRAHAM, H. Social determinants and their unequal distribution: clarifying policy understandings. **The Milbank Quarterly**, v.82, n.1, p.101-24, 2004.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HÖRNQUIST, J. O. The concept of quality of life. **Scand J. Soc. Med.**, p.1057-61, 1982.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 out. 2014.

MELO E. M. de. Ação comunicativa, democracia e saúde. **Ciência Saúde Coletiva**, v.10, Supl. p. 167-78, 2005.

IBAMA. **Projeto de desenvolvimento da mulher na atividade pesqueira.** [S.l.], 1995.

IPEA. **Mulher e trabalho:** avanços e continuidade. Brasília, mar. 2010. (Comunicados do IPEA, 40).

JESUS, R. S. ; PROST, C. **Importância da atividade artesanal de mariscagem para as populações nos municípios de Madre de Deus e Saubara.** Disponível em:

<[http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php /geousp/article/viewFile/455/267](http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/viewFile/455/267)>. Acesso em: 12 out. 2014.

LACERDA, L. D. Manguezais: floresta de beira-mar. **Revista Ciência Hoje**, 1984.

LAIST, D. W. Overview of the biological effects of lost and discarded plastic debris in the marine environment. **Marine Pollution Bulletin**, v.18, n.6B, p.319-326, 1987.

MANESCHY, M. C. Uma presença discreta: a mulher na pesca. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, I. M. da. (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994.

MARTINS, V. S.; SOUTO, F. J. B. Uma análise biométrica de bivalves coletados por marisqueiras no manguezal de Acupe, Santo Amaro, Bahia: uma abordagem etnoconservacionista. **Sitientibus Série Ciências Biológicas**, v.6, p.98-105, 2006.

MARTINEZ, M. C. **As relações entre a satisfação com aspectos psicossociais no trabalho e a saúde do trabalhador**. 2002, 121 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2002.

MARTINS, M. C. Práticas de trabalho e produção de saberes no cotidiano de mulheres pescadoras. Sísifo. **Revista de Ciências da Educação**, n. 6, p. 71-84, maio/ago, 2008.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas; 1).

MATTEDI, M. R. M. **As invasões em Salvador: uma alternativa habitacional**. 1979, 167 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade federal da Bahia - UFBA, Salvador, 1981.

MEIER, G. M. ; BALDWIN, R. E. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: MS, 2002.

MIRANDA, P. T. de C ; NOBREGA, R. G. M. de A. **O que é manguezal**. Fortaleza: SEMACE, 1990.

NAGELKERKEN, I. et al.. Baseline study of submerged marine debris at beaches in Curacão, West Indies. **Marine Pollution Bulletin**, v.42, n.9, p. 786-789, 2001.

NISHIDA, A. K. A.; NORDI, N.; ALVES, R. R. D. N. Abordagem Etnoecológica da Coleta de Moluscos no Litoral Paraibano, Nordeste do Brasil. **Tropical Oceanography**, Recife, v. 32, n. 1, p. 53-68, 2004.

NISHIDA, A. K. A.; NORDI, N.; ALVES, R. R. D. N. Aspectos socioeconômicos dos catadores de moluscos do litoral paraibano, Nordeste do Brasil. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 8, n. 1, p. 207-215, 2008.

NORDI, Noberto. **Os catadores de caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) da região de Várzea Nova (PB): uma abordagem ecológica e social.** São Carlos, 1992. 107 p. Tese (Doutorado), Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 1991.

NEIM/IBAMA - NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Diagnóstico socioeconômico e ambiental da mulher pescadora no Recôncavo Baiano.** [S.l.]: NEIM/IBAMA, 1995.

OFIARA, D. D.; SENECA, J. J. Biological effects and subsequent economic effects and losses from marine pollution and degradations in marine environments: Implications from the literature. **Marine Pollution Bulletin**, v.52, p. 844–864, 2006.

OLIVEIRA, M. N. Rainha das águas, dona do mangue: um estudo do trabalho feminino no meio marinho. **Revista brasileira de estudos populacionais.** Campinas, 1993. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Preâmbulo à constituição da organização mundial da saúde:** como adotada pela Conferência Internacional de Saúde. 1946 Nova Iorque. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>>. Acesso em: 16 maio 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Diminuindo diferenças: a prática das políticas sobre determinantes sociais da saúde. Genebra: OMS, 2011. Disponível em: <www.who.int/sdhconference/discussion_paper/Discussion_Paper_PT.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2015.

OTT, C. F. 1944. Os elementos culturais da pescaria baiana. **Boletim do Museu Nacional**, 4, p. 1-65.

PEDRÃO, F.C. **Raízes do Capitalismo Contemporâneo.** São Paulo. Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996.

_____. **As raízes da pobreza na Bahia:** a condição econômica da questão social. Disponível em: <www.fernadopedrao.com.br>. Acesso em: 13 fev. 2015.

PEDRÃO, F. Superar a pobreza ou reverter o empobrecimento? Uma revisão das raízes da pobreza na Bahia. In: SEI- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. **Pobreza e desigualdades sociais.** Salvador, 2003. p. 235-248. (Série Estudos e Pesquisas, 63). Disponível em: <www.sei.ba.gov.br/publicacoes/>. Acesso em: 15 dez. 2014.

PENA, P.G.L.; FREITAS, MCS. Trabalho artesanal, cadências infernais e lesões por esforços repetitivos: estudo de caso em uma comunidade de mariscadeiras na Ilha de Maré, Bahia. In: CONGRESSO DA ABRASCO, 2008. **Anais...** 2008. Disponível em: <http://www.abrasco.org.br/cienciaesaudecoletiva/artigos/artigo_int.php?id_artigo=3269>. Acesso em: 16 dez. 2014.

PEREIRA, G. C. **Atlas digital Salvador.** Salvador: LCAD/UFBA, 2000. CD-ROM.

PEREIRA FILHO, O. ; ALVES, J.R.P. **Conhecendo o manguezal**. Rio de Janeiro: Grupo Mundo da Lama, 2000. Apostila técnica.

PROST, C. **Relatório de pesquisa CNPq**: manejo comunitário dos recursos naturais na Resex marinha Baía do Iguape – BA, 2009. Disponível em:

<<http://www.costeiros.ufba.br/Semin%C3%A1rio>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

PENA, P. G. L.; MARTINS, V.; RÊGO, R. de C. F. **Por uma política para a saúde do trabalhador não assalariado**: o caso dos pescadores artesanais/marisqueiras. 2012. No prelo

RAMALHO, J.P.; ARROCHELLAS, M.H. (Org.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez; 2004.

RAMOS, A. M. de A. R. **Nego-fugido**: representação da liberdade escrava no recôncavo baiano. 1996. 125f. Dissertação (Mestrado) – PUC, São Paulo, 1996.

ROCHA, J.C.S. **Direito ambiental e meio ambiente do trabalho**: dano, prevenção e proteção jurídica. São Paulo: LTr; 1997.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis; Instituto Internacional de Educação no Brasil; Instituto Socioambiental, 2005.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, B. S. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS,E.; FISHER, T.;GOMES,J.A.; **O caminho das águas**: bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: , 2010.

SANTOS, B. de S. **A globalização e ciências sociais**. 4 ed. São Paulo: Cortez 2002.

SANTIAGO, L.; ACCIOLY, M.C. **Trabalho na lama**: saberes e fazeres de marisqueiras em Garapuá e Barra dos Carvalhos, Bahia. Disponível em:

<<http://www.costeiros.ufba.br/Seminário/>>. Acesso em: 26 maio 2013.

SOUTO, F. J. B. **A ciência que veio da lama**: uma abordagem etnoecológica abrangente das relações ser humano/manguezal na comunidade pesqueira de Acupe, Santo Amaro, Bahia. 2004. 319f. Tese (Doutorado) -Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2004.

SOUZA, A.G. **Limites do habitar**: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2000.

STADTLER, H.; CARNEIRO, S. Pescadoras: gênero e classe numa mesma articulação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: GÊNERO E PRECONCEITOS, 7., 2006. **Anais...** 2006

VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A.; SALES, R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: COSTA, A. (Org.). **Nas redes da pesca artesanal**. Brasília: IBAMA; PNUD, 2007. p. 15-84.

VANNUCCI, M. **Os manguezais e nós**: uma síntese de percepções. Versão em português Denise Navas-Pereira. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

VASCONCELOS, L.C; ARANHA, M.L.M; LIMA, S.V.N. **Trabalho, meio ambiente e saúde em comunidades marisqueiras de Sergipe**. 2012. Disponível em: <<http://www.educonufs.com.br/cdvicoloquio>>. Acesso em: 13 maio 2014.

VYGOTSKY, L. **Pensamento e linguagem**. 3.ed. São Paulo: M. Fontes, 1991.

VIEIRA, E.M.M. ; LIMA, I.M.M.R. 2003. Um novo olhar para a extensão pesqueira: gênero na prática organizativa das mulheres marisqueiras. In: PRORENDA RURAL – PE (Org.). **Extensão Pesqueira**: desafios contemporâneos. Recife: Edições Bagaço. p. 137-152.

WOORTMANN, E. F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em “comunidades pesqueiras” do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: ANPOCS, ano 7, n. 18, p.41-61, 1992.

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE PESQUISA

Universidade Salvador- UNIFACS

Programa de Pós Graduação de Desenvolvimento Regional e Urbano

Questionário socioambiental e Trabalho

ATENÇÃO: as variáveis só devem ser preenchidas quando houver codificação numérica, caso contrário, a questão é respondida normalmente.

Nº. Q.	Q1				
--------	----	--	--	--	--

Data da entrevista	Q2			2014	
--------------------	----	--	--	------	--

Entrevistador	Q3				
---------------	----	--	--	--	--

IDENTIFICAÇÃO DA HABITAÇÃO

04. Bairro:		Q4			
-------------	--	----	--	--	--

05. Rua:		n.º			Q5			
----------	--	-----	--	--	----	--	--	--

INFORMAÇÕES SOBRE O ENTREVISTADO

06. Nome:		Q6			
-----------	--	----	--	--	--

07. Naturalidade		Q7			
------------------	--	----	--	--	--

08. UF:		Q8			
---------	--	----	--	--	--

09. Sexo	1. feminino	2. masculino	Q9					<input type="checkbox"/>
----------	-------------	--------------	----	--	--	--	--	--------------------------

10. Data de nascimento (DD/MM/AA) ou idade		Q10						
--	--	-----	--	--	--	--	--	--

11. Estado civil:	1. solteiro/a	3. união estável	5. viúvo/a	Q11					<input type="checkbox"/>
	2. casado/a	4. separado/a/divorciado/a							

12. Até que série estudou?				Q12					<input type="checkbox"/>
1. não sabe ler nem escrever	5. 2º. grau completo								
2. 1º grau incompleto	6. superior incompleto								
3. 1º grau completo	7. superior completo								
4. 2º grau incompleto									

13. Como define sua cor?		Q13	<input type="checkbox"/>
1. amarela	4. morena		
2. branca	5. negra		
3. mestiça			

14. Tem outra ocupação remunerada além da pesca/mariscagem?		Q14	<input type="checkbox"/>
1. sim	<i>Se sim especificar</i>		
2. não			

15. Qual é a atividade mais importante para o sustento da família?		Q15	<input type="checkbox"/>
1. pesca/mariscagem	2. outra		

16. Recebe alguma bolsa auxílio do governo?		Q16	<input type="checkbox"/>
1. sim	<i>Se sim especificar</i>		
2. não			

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

17. Quantas pessoas moram com você (dependentes do respondente do questionário)

____ pessoas

Nome	Idade	Sexo	Grau de parentesco	Tipo de ocupação

Grau de parentesco ou relação com o/a entrevistado/a: 1marido/companheiro, 2mãe/pai, 3filho/a, 4irmão/irmã, 5sogro/a, 6genro/nora, 7cunhado/a, 8neto/a, 9enteado/a, 10 outro.

Sexo: 01masculino, 02 feminino

Tipo de ocupação: 00 não-remunerada, 01 remunerada

CONDIÇÕES AMBIENTAIS, DE MORADIA E TRABALHO					
18. A Sra acha que houve mudanças no manguezal/na maré nos últimos anos?	1. sim	2. não	9. NS/NR	Q18	<input type="checkbox"/>

Se a resposta anterior for sim. A Sra poderia então citar, por ordem de importância, 3 dessas mudanças.

1ª	Q19	Q19	<input type="checkbox"/>
2ª	Q20	Q20	<input type="checkbox"/>
3ª	Q21	Q21	<input type="checkbox"/>

Quais seriam, na sua opinião, os principais motivos, por ordem de importância, que causaram essas mudanças?

1ª	Q22	Q22	<input type="checkbox"/>
2ª	Q23	Q23	<input type="checkbox"/>
3ª	Q24	Q24	<input type="checkbox"/>

25 A Sr(a) pesca/marisca sempre nos mesmos lugares?		Q25	<input type="checkbox"/>
1. sim	2. não		

Quais lugares que a sr(a) considera melhor para pesca/mariscagem atualmente?			
Q26		Q26	<input type="checkbox"/>
Q27		Q27	<input type="checkbox"/>
Q28		Q28	<input type="checkbox"/>

Como escolhe os lugares onde costuma pescar/mariscar? Registrar 3 critérios de escolha			
Q29		Q29	<input type="checkbox"/>
Q30		Q30	<input type="checkbox"/>
Q31		Q31	<input type="checkbox"/>

32. Como a Sra considera as condições de pesca/mariscagem atualmente?		Q32	<input type="checkbox"/>
1. ótimas	4. ruins		
2. boas	5. péssimas		
3. regulares	9. NS/NR		

Se a resposta anterior for 03, 04, 05 Na sua opinião, quais motivos causaram essas condições? (Citar os 3 principais)

Q33	Q33	<input type="checkbox"/>
Q34	Q34	<input type="checkbox"/>
Q35	Q35	<input type="checkbox"/>

36. Há quanto tempo a Sra mora nessa casa?

37. A Sra sempre morou aqui?	1. sim	2. não	9. NS/NR	Q37	<input type="checkbox"/>
38. Se a resposta anterior for NÃO. Onde a Sra morava antes?					
1. mesmo bairro	3. outro estado		9. NS/NR	Q38	<input type="checkbox"/>
2. outro bairro	9. NS/NR				
3. outra cidade	99. não corresponde (quando a resposta à pergunta anterior for 1 ou 9)				
39. Esta casa é (ler as opções)					
1. própria	4. cedida		9. outro (especificar)	Q39	<input type="checkbox"/>
2. alugada	9. outro (especificar)				
3. sublocada					
40. O terreno onde fica esta casa é (observar/perguntar)					
1. invasão na área urbana	3. terreno legalizado		9. NS/NR	Q40	<input type="checkbox"/>
2. invasão no manguezal					
41. Material de construção da habitação (observar/perguntar)					
1. alvenaria com revestimento	4. taipa com reboco		6. mista	Q41	<input type="checkbox"/>
2. alvenaria sem revestimento	5. taipa sem reboco				
3. barraco (madeira, papelão, etc)					
42. Acabamento do piso da habitação (observar)					
1. terra batida	4. cimentado		5. outro (especificar)	Q42	<input type="checkbox"/>
2. madeira sobre palafitas	5. outro (especificar)				
3. cerâmica					
43. Cobertura da habitação (observar)					
1. telha cerâmica	5. madeirite, compensado		9. outro (especificar)	Q43	<input type="checkbox"/>
2. laje com telha cimento/amianto	6. palha, plástico				
3. laje sem cobertura					
4. telha Eternit ou similar					
44. Quantos cômodos tem essa casa? (excluir banheiro/ varanda)					
				Q44	<input type="checkbox"/>
45. Sua casa tem uma cozinha? (observar)					
1. sim		2. não		Q45	<input type="checkbox"/>
46. De onde vem a água usada em casa? (observar/perguntar)					
1. tratada (Embasa) com canalização interna (respostas de 1 a 9 preencher q46a)				Q46a	<input type="checkbox"/>
2. tratada (Embasa) com ponto de água externo					
3. gato com canalização interna					
4. gato com ponto de água externo					
5. água de poço/fonte					
6. água de poço com canalização interna					

7. água de poço com ponto de água externo		
9. NS/NR		
10. água de chuva recolhida <i>(respostas 10 e 11, preencher q46b)</i>		Q46b <input type="checkbox"/>
11. água de riacho/vala		

47. Falta água na sua casa?	1. Sim (se sim responder 48)	2. não	Q47 <input type="checkbox"/>
-----------------------------	------------------------------	--------	------------------------------

48. Com que frequência?		Q48 <input type="checkbox"/>
1. pelo menos uma vez por semana	4. nunca falta	
2. pelo menos 1 vez a cada 15 dias	5. chega uma vez ao dia e depois vai embora	
3. pelo menos 1 vez por mês	9. NS/NR	

49. Como a Sra guarda/reserva água na sua casa?		Q49 <input type="checkbox"/>
1. tanque de cimento/amianto ou concreto com tampa	5. panela, balde ou lata com tampa	
2. tanque de cimento/amianto ou concreto sem tampa	6. panela, balde ou lata sem tampa	
3. tonel com tampa	7. não guarda	
4. tonel sem tampa	9. NS/NR	

50. Que cuidados a sra tem com a água de beber?		Q50 <input type="checkbox"/>
1. filtra	4. adiciona cloro	
2. ferve	5. guarda em vasilha específica (só para isso)	
3. ferve e filtra	9. NS/NR	

51. A sua casa possui banheiro?		Q51 <input type="checkbox"/>
1. um banheiro dentro de casa		
2. mais de uma banheiro dentro de casa		
3. banheiro fora de casa		
4. não possui banheiro		
9. NS/NR		

52. Se a resposta anterior for 4. Onde as pessoas fazem suas necessidades?		Q52 <input type="checkbox"/>
1. usam mesmo banheiro que outras famílias.		
2. usam balão		

53. Se as respostas a questão 51 for 1, 2 ou 3. A latrina da sua casa é:		Q53 <input type="checkbox"/>
1. um vaso sanitário com descarga		
2. um vaso sanitário sem descarga		
3. uma casinha com buraco no chão		
9. NS/NR		

54. Para onde vão os dejetos da latrina (fezes e urina)? (observar/perguntar)		Q54
1. rede esgoto	6. fossa séptica com lançamento no manguezal/riacho	

2. canal a céu aberto, riacho	7. fossa séptica com lançamento na rua/vala	<input type="checkbox"/>
3. vala a céu aberto	8. buraco	
4. manguezal, mar	9. NS/NR	
5. fossa séptica com sumidouro		

55. Para onde vão as águas servidas de banho e pia? (observar/perguntar)		<input type="checkbox"/>
1. rede esgoto	4. vala a céu aberto	
2. rede de drenagem	5. manguezal, mar	
3. canal a céu aberto, riacho	9. NS/NR	

56. Vocês têm problemas com o esgoto?	1. sim	2. não	Q56	<input type="checkbox"/>
--	--------	--------	-----	--------------------------

Identificar se existe na casa algum dos problemas abaixo		<input type="checkbox"/>
1 sim	2 não	
Q57 contaminação da água	Q57	
Q58 umidade nas paredes e pisos	Q58	
Q59 minadouro em volta da casa	Q59	
Q60 presença de insetos, ratos, baratas	Q60	
Q61 sujeira, lixo próximo a casa	Q61	

62 Tem coleta de lixo da prefeitura?	1. sim	2. Não	9. NS/NR	Q62	<input type="checkbox"/>
---	--------	--------	----------	-----	--------------------------

63. Se a resposta a questão anterior foi 1. Com que frequência?		<input type="checkbox"/>
1. diária	3. três vezes por semana	
2. duas vezes por semana	9. NS/NR	

64. Se a resposta anterior for 2. Onde coloca o lixo então?		<input type="checkbox"/>
1. joga no quintal ou na rua	4. enterra ou queima	
2. joga em terreno baldio	9. NS/NR	
3. joga na maré		

65. Observar presença de uma das seguintes situações:		<input type="checkbox"/>
1. lixo amontoado em terreno baldio	4. problema com animais mortos, ratos	
2. lixo na maré/manguezal	5. problema com moscas	
3. lixo espalhado pela rua	6. problemas com fezes/	

66. Que tipo de problemas acontece com sua casa quando chove muito?		<input type="checkbox"/>
1. alaga a casa toda	4. Não acontece nada	
2. alaga uma parte da casa	9. NS/NR	
3. tem risco de desabamento		

67. Observar presença de vala/canal a céu aberto próximo da habitação	1. sim	2. não	Q67	<input type="checkbox"/>
--	--------	--------	-----	--------------------------

68. Verificar pavimentação (observar)		Q68	<input type="checkbox"/>
1. rua e calçada pavimentada	4. rua e calçada não pavimentadas		
2. somente a rua é pavimentada	5. caminho/escada pavimentada		
3. somente a calçada é pavimentada	6. caminho/escada não pavimentados		

69. Verificar se a casa é vulnerável a algum dos riscos abaixo (observar)		Q69	<input type="checkbox"/>
1. situa-se próxima a encosta com risco de desabamento			
2. situa-se em área alagável			
3. próxima a ponto de lixo			

70. Quantos dias por semana dedica a pesca/mariscagem ?	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------

71. Com quem aprendeu o ofício da pesca/mariscagem?	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------

72. Quantos anos tinha quando começou a pescar/mariscar?	<input type="text"/>	V19	<input type="checkbox"/>
---	----------------------	-----	--------------------------

73. Tem registro da profissão de pescador/marisqueira?	1. sim	2. não	V20	<input type="checkbox"/>
---	--------	--------	-----	--------------------------

74. Ser pescador/marisqueira lhe trouxe algum problema de saúde?	1. sim	2. não	V21	<input type="checkbox"/>
---	--------	--------	-----	--------------------------

<i>Se a resposta a questão anterior for 01. Quais são os principais problemas? Citar no máximo 3 por ordem de importância .</i>				
Q75				
Q76				
Q77				

78. Esses problemas atrapalham sua atividade de pesca/mariscagem?	1. sim	2. não
--	--------	--------

79. Faz acompanhamento médico por conta desses problemas?	1. sim	2. não
--	--------	--------

80. Quantas vezes vai ao médico?		
1. uma vez por semana	3. uma vez por mês	5. uma vez por ano

2. uma vez a cada 15 dias	4. uma vez a cada 6 meses	9. NR/NS
---------------------------	---------------------------	----------

81. Onde se consulta?	
1. PSF	4. Emergência
2. posto de saúde da sua cidade	5. particular
3. posto de saúde em outra cidade	

82. Há quantos tempo você trabalha como marisqueira?

83. Quantas horas você trabalha, em média, no dia que vai mariscar?

84. Quais atividades que realiza no seu cotidiano que considera como lazer? Quantas vezes você realiza por semana?

**APÊNDICE B - MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Qualidade de vida Urbana: habitabilidade e trabalho das marisqueiras de São Tomé de Paripe de Salvador- Bahia

Pesquisador(a) responsável: Ana Licks Almeida

Instituição / Departamento: UNIFACS/ (71) 3535-3135

Telefone do(a) pesquisador(a) responsável para contato: (71) 91782123

e-mail do pesquisador: aalmeida.ssa@gmail.com

Pesquisadores secundários: Maiara Góes Lefundes de Oliveira

Local da coleta de dados: Bairro de São Tomé de Paripe, S/N, Salvador-Bahia

Prezada Senhora:

- Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas deste questionário e realizar o teste de forma totalmente **voluntária**;
- Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento;
- Os pesquisadores deverão responder a todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar e caso necessário solicito permissão para participação de fotos e filmagens.
- Você tem o direito de **desistir** de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: Este estudo tem como objetivo geral Caracterizar a relação do trabalho e habitabilidade das marisqueiras da comunidade de São Tomé de Paripe, Salvador, Bahia.

Procedimento: Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste questionário, respondendo às perguntas formuladas

Benefícios. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.

Riscos. O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

Sigilo. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os participantes da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciência e de acordo do participante

Ciente e de acordo com o que foi, anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Salvador, ____ de _____ de ____.

Assinatura

Ciência do(a) pesquisador(a) responsável pelo projeto:

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Salvador, ____ de _____ de ____

Assinatura